



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 11 DE FEVEREIRO DE 2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom dia a todos e a todas. Declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública da Comissão de Administração Pública do ano de 2020. São membros da Comissão os Srs. Vereadores: Alfredinho, André Santos, Antonio Donato, Janaína Lima, João Jorge, Zé Turin e Gilson Barreto, na Presidência.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios On-line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Audiências Públicas, registro escrito.

O convite foi publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde 6 de fevereiro e ainda em dois jornais de grande circulação por dois dias: no *Estado de S.Paulo*, em 07/02/2020, e *Folha de S.Paulo*, em 10/02/2020.

Esta audiência tem como objetivo debater o Projeto de Lei 749/2019, do Executivo, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, na forma que especifica, incluindo a criação e extinção de entidades, a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções admitidas, bem como a criação de empregos públicos.

Vou suspender os trabalhos por alguns minutos para compormos a Mesa com os convidados e, em seguida, daremos mais informação, inclusive a respeito dos amigos que farão uso da palavra. Peço que quando fizerem a inscrição, por favor, que não apenas de uma entidade ou de uma associação se pronuncie. Deixemos, primeiro, várias associações se manifestarem, depois ao final os demais membros das mesmas organizações sociais ou sindicatos também farão uso da palavra. Isso para a gente melhorar o debate e a participação mais efetiva das pessoas.

Estão suspensos os nossos trabalhos por alguns minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Reabertos os trabalhos. Nós da Comissão

de Administração Pública requeremos uma audiência pública para discutir o projeto.

Eu acho que todos têm de defender sua causa. Não estou aqui para brincar. Eu puxei a responsabilidade da audiência pública, eu sou o árbitro aqui hoje para poder presidir e dirigir os trabalhos. Vou respeitar todos e da mesma maneira gostaria que todos nos respeitassem.

Gostaria de convidar para compor a Mesa a Sra. Malde Maria Vilas Bôas, Secretária Municipal de Gestão; George Tormin, Secretário Adjunto de Governo; Ivan Cáceres, representando a Secretaria da Educação; e Regina Pacheco, representando o Secretário Yousef. E assim que for chegando mais pessoas, convidaremos à Mesa.

Peço a Secretaria que proceda à inscrição dos que irão utilizar a palavra e quero fazer um pedido: que primeiro fale um representante de cada organização e, depois, abriremos a palavra aos demais.

Quero registrar a presença dos Srs. Vereadores: José Police Neto; Antonio Donato, membro da Comissão de Administração Pública; Alfredinho, também membro da Comissão; Fabio Riva, Líder de Governo e Toninho Vespoli, Líder do Psol. Assim que os demais vereadores forem chegando, os anunciaremos.

Vou pedir ao representante do Governo para fazer uma exposição, que seja também breve, e em seguida iremos intercalar a palavra entre os inscritos e a Mesa. Está bom assim? Então *ok*.

Vamos solicitar à Secretária Malde Maria Vilas Bôas que faça uma exposição a respeito do projeto.

Antes, eu quero também dizer a algum assessor que se trouxe ou de alguma Secretaria que pode usar as cadeiras, aqui, atrás, se precisar de alguma colaboração. Está bom?

Então, por favor... Quer usar a tribuna?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Bom dia a todos. Bom dia, Srs.

Vereadores. Bom dia aos presentes. Nós estamos com a equipe técnica da Prefeitura, que trabalhou no projeto que hoje estamos aqui para discutir e para tirar as dúvidas.

É um projeto que prevê a melhoria da gestão e da prestação dos serviços à população. É um projeto que reduz instâncias administrativas com muito cuidado. Esse projeto nós trabalhamos ao longo do último ano, com muita discussão, e temos a certeza de que é um projeto que traz para a cidade de São Paulo uma melhoria significativa nos serviços, uma redução de custos e despesas bastante importante.

Agora, nós trouxemos para vocês uma apresentação, porque é um projeto complexo. Então, nós trouxemos uma apresentação técnica. Faremos, aqui, com o George, que é o nosso Secretário Adjunto da Secretaria do Governo, que participou muito, conosco, dessa elaboração. Trazemos aqui, então, essa mensagem da Prefeitura, do Governo, para discussão por vocês do projeto.

Toda a equipe técnica está presente. Então, a partir daí, as perguntas que possam surgir serão respondidas por quem participou de toda essa elaboração e discussão do projeto, ao longo deste ano. Então, faremos a apresentação e estaremos disponíveis para vocês, para tirarmos as dúvidas.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Bom dia a todos. Bom dia, Vereador Gilson Barreto, em nome de quem cumprimento os demais Vereadores à Mesa e as Secretárias.

Nós vamos fazer uma breve apresentação do projeto, que foi muito trabalhado dentro do Poder Executivo. No início do ano passado, nós fizemos a reorganização da Administração Direta e, a partir de março e abril do ano passado, passamos a tratar, também, da reestruturação da Administração Indireta.

O principal ponto desse projeto de lei, que motivou o início dos estudos, foi exatamente o processo acelerado de concessão de serviços públicos, aqui, na cidade de São Paulo. Nós já tínhamos alguns serviços concedidos, como, por exemplo, a coleta de lixo e a iluminação pública, e, ao longo do ano passado, alguns outros serviços foram objeto de

concessão, como mercados municipais e, mais recentemente, a Zona Azul e o Pacaembu.

Nós identificamos que havia uma dispersão entre as diversas secretarias do procedimento de regulação e fiscalização desses contratos de concessão, que eram geridos de forma descentralizada, entre as diversas secretarias, e não havia uma padronização, uma norma que regulasse uniformemente esses contratos.

A questão das agências reguladoras não é algo novo. No caso do Governo Federal, isso já remonta à década de 90 do século passado, quando surgiram as primeiras agências reguladoras de âmbito federal, e, posteriormente, os estados e vários municípios criaram suas agências reguladoras. No caso do Município de São Paulo, já temos diversos serviços concedidos e, conforme eu disse, não havia um órgão dentro da Prefeitura de São Paulo que pudesse tratar dessas concessões de forma una e padronizada. Então o início desse processo surgiu exatamente da identificação da necessidade de o Município de São Paulo ter uma agência reguladora.

A nossa proposta inicial – por favor – é exatamente a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos da cidade de São Paulo, dentro da qual estaríamos propondo a extinção da Amlurb, do Serviço Funerário, da Limpurb, da Ilume, que estariam sendo incorporados pela SP Regula. Além dos serviços prestados por essas unidades, os contratos de concessão que hoje são geridos por essas unidades passariam a sê-lo pela SP Regula. E existem outros, como eu mencionei, que seriam os mercados, parques, Zona Azul, Pacaembu, tem a parte toda de publicidade em equipamentos públicos, também uma concessão controlada pela SP Obras, se não me engano; todas essas concessões passariam a ser acompanhadas, fiscalizadas e reguladas por essa agência.

Próximo, por favor.

Além desses serviços que seriam absorvidos pela SP Regula, outros como varrição, limpeza, grandes geradores de lixo, fiscalização de cemitérios privados não iria para a agência reguladora, permaneceriam na administração direta, na secretaria correspondente.

Próximo.

Essa aqui é uma estrutura básica da agência reguladora que está sendo proposta. Teria uma diretoria colegiada composta por cinco diretores, então todas as decisões da agência passarão a ser tomadas em colegiado. Isso também é bom, porque hoje as decisões sobre as concessões são deliberadas de forma uma pelo dirigente de cada uma dessas entidades, sem nenhuma padronização. A partir de agora todas as decisões serão tomadas de forma colegiada.

E aqui haveria três grandes blocos de superintendência. As superintendências setoriais seriam responsáveis por cada um dos contratos de gestão que eu já mencionei. Então aqui teria uma superintendência de resíduos sólidos, que cuidaria dos contratos de coleta de lixo, a superintendência de iluminação pública, a superintendência de serviços funerários, a superintendência de Zona Azul, a superintendência de imóveis e equipamentos públicos, englobando Pacaembu, piscinões, publicidade em mobiliário urbano, parques, terminais.

Teríamos uma superintendência econômica e tarifária. Essa talvez seja não uma grande inovação, mas um grande alicerce de toda essa agência reguladora e que ficaria responsável por toda avaliação dos contratos sob os aspectos econômicos, de reequilíbrio econômico-financeiro, de revisão tarifária, de estabelecimento de tarifas. Essa superintendência ficaria responsável por toda a análise em relação a todas as superintendências setoriais.

E uma área meio que seria a superintendência administrativa e financeira.

Próximo.

Aqui tem alguns requisitos para seleção dos diretores dessa agência, de tal sorte que assegurem sua independência, assegurem sua não vinculação a qualquer dos entes regulados. Esses são os requisitos mínimos para a seleção e escolha dos diretores dessa agência.

Próximo, por favor.

Aqui, como eu disse para vocês que nem todas as funções serão absorvidas pela agência reguladora, na fiscalização dos cemitérios particulares, que não são objeto da

concessão, e também os serviços de limpeza pública não divisíveis, que é o caso da varrição e dos grandes geradores seriam administrados diretamente pela Secretaria das Subprefeituras por meio desses dois departamentos. Então nem todas as atividades irão para as agências, algumas delas permanecerão.

Próximo. Aqui são dois serviços sociais autônomos, Ade Sampa e SP Negócios que, por muitas vezes, executam serviço de forma sobreposta, nós estamos propondo a extinção desses dois serviços sociais autônomos e a criação de uma autarquia especial. Seria a SP Investe, similar àquela que existe hoje no Governo do Estado de São Paulo, que ficará responsável pelo mapeamento, pela identificação das potencialidades econômicas da Cidade e também responsável pela atração de investimentos para o município de São Paulo.

Próximo. Está proposta a extinção da Fundação Paulistana, que seria absorvida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho por meio de uma Coordenadoria de Qualificação Profissional, ou seja, as funções exercidas pela Fundação seriam absorvidas pela administração direta. Qual é o ganho? O ganho é que eliminaria a intermediação do processo - que seria a própria Fundação - executando então de forma mais efetiva e haveria economia administrativa na área meio.

Aqui, como eu disse, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, está prevista a criação da Coordenadoria de Qualificação Profissional, que absorveria não só a Escola Técnica de Saúde Professor Makiguti, que ficaria vinculado ao Departamento de Ensino e Pesquisa e também teria um Departamento de Qualificação Profissional. Então todas as atividades hoje desenvolvidas seriam mantidas e executadas diretamente pela Secretaria.

Próximo. O Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes passaria a ser vinculado à Secretaria Municipal da Cultura, ou seja, as pessoas e todo equipamento, toda parte administrativa seria absorvida pela Secretaria Municipal da Cultura.

Hoje, a Fundação Theatro Municipal está vinculada à Secretaria da Cultura, que é responsável pela gestão das organizações sociais, pelo Corpo de Balé, por uma série de

outras unidades previstas na lei originária. A proposta é que passe a ser executada diretamente por uma Coordenadoria de Gestão do Theatro Municipal vinculada direta diretamente à Secretaria Municipal da Cultura. Não haverá perda de nada do que é feito hoje, todos os contratos serão sub-rogados à Secretaria da Cultura; e os contratos de trabalho, idem. Então não haverá qualquer solução de descontinuidade. Inclusive, nesse caso, o projeto de lei prevê a criação de uma comissão especial para fazer o acompanhamento desse processo de transição, de tal sorte que seja assegurada a continuidade dos serviços.

A Autarquia Hospitalar Municipal passa a ser absorvida pela Secretaria Municipal da Saúde. Todos os equipamentos e as pessoas, tudo será incorporadas diretamente pela Secretaria Municipal da Saúde. Esse processo foi muito discutido. A ideia é que a Secretaria Municipal de Saúde seja constituída por quatro Secretarias Executivas. Uma primeira ficaria responsável pela atenção básica, ambulatorial e vigilância em saúde. E a autarquia hospitalar, suas funções serão absorvidas pela Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, pela Secretaria Executiva de Gestão Administrativa e pela Secretaria Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias. Todas as funções que hoje são executadas, que são exercidas pela autarquia hospitalar serão absorvidas pela Secretaria da Saúde. Também, nesse caso, sem qualquer prejuízo de continuidade dos serviços.

Aqui, especificamente no caso da Saúde, todas essas mudanças foram muito discutidas., ao longo do ano passado, com as diversas secretarias. Em especial no caso da Saúde, até pelas suas próprias características, foi feito um processo bem amplo. Houve a realização de oficinas de integração, reuniões de alinhamento com a participação de mais de 450 pessoas. Houve também discussão com gestores em entrevistas, em seminários em que mais de 300 gestores participaram do processo. Então é um tema que já está maduro porque foi bastante discutido internamente com a Secretaria Municipal da Saúde.

Próximo. Essa Autarquia Municipal de Serviços Auxiliares de Saúde consta da lei originária de 2002, mas nunca chegou a ser implantada. Então as funções passam para a Secretaria de Saúde e será extinta, na verdade, de modo formal porque, de fato, nunca existiu.

Próximo. A Fundação Museu Tecnologia de São Paulo, de fato, nunca chegou a existir. Hoje o seu acervo está no Museu Catavento. O que estamos propondo é que a gestão do acervo, cedido ao Museu, passe à Secretaria da Cultura e que formalmente seja extinta. Nesse caso é apenas a formalização de algo que nunca chegou a existir.

Próximo. A SPTuris entrou em processo de privatização, de desestatização e nós estamos abrindo a alternativa, a extinção da SPTuris e posteriormente haverá a alienação dos imóveis. Aqui fica assegurada a absorção pela administração direta do seu quadro funcional. Todos os bens vão para a administração direta, seus haveres e dívidas também serão absorvidos pela Prefeitura, e o processo, que será à autorização da extinção, será acompanhado ao longo do ano.

Próximo. Como eu já disse em outras passagens, a lei prevê que o Executivo, mediante decreto, redistribua os cargos de provimento efetivo, preferencialmente àquelas entidades que absorveram as funções, as atividades ora extintas. Preferencialmente, mas se for o caso essas pessoas podem ser absorvidas por outras secretarias. Também está sendo prevista a sub-rogação aos órgãos e entidades da administração pública municipal dos contratos de trabalho CLT das entidades distintas.

É importante destacar, eu li algumas manifestações aqui na parede, quero deixar claro que não há nesse projeto de lei um artigo, um parágrafo, um inciso ou uma mísera alínea que trata da demissão de funcionários ou servidores ou empregados públicos. Muito pelo contrário, a lei prevê claramente que todos os servidores e empregados sejam absorvidos pela administração direta, pelas entidades que estão absorvendo essas atividades. Não há qualquer intenção do Governo de promover a demissão de quem quer que seja.

Próximo. Aqui há um resumo: são dez extinções e duas estão sendo criadas. Vamos cair de 22 para 14 entidades na administração indireta, há uma redução de 8 entidades. Os ganhos são significativos, como a Secretária Malde mencionou, tanto quanto à otimização de serviços prestados à população quanto na redução de custos.

Próximo. Aqui há um quadro-resumo da economia potencial do projeto de lei.

Temos aqui o custo adicional de criação das entidades e de algumas modificações, adequações na estrutura já existente. Aqui está o custo atual e o potencial de redução, quer seja, dos cargos que estão vagos. Quando colocamos potencial é a extinção dos cargos vagos, que não será mais objeto de recrutamento, de concurso, de processo seletivo, e não serão extintos. Também aqueles cargos em comissão, em especial da área meio, que não mais serão utilizados pelas unidades que receberão as atividades.

De uma forma bastante sintética, aqui estão os principais pontos do projeto de lei e nós vamos nos colocar à disposição dos senhores para dirimir as dúvidas eventualmente existentes.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom, após a exposição do Dr. George, nós vamos abrir a palavra. Foram 30 inscrições, que serão temporariamente encerradas.

Para os Srs. Vereadores membros da Comissão, vamos estabelecer três minutos de fala. Antes de passar a palavra ao membro da Comissão Vereador Antonio Donato, tem a palavra o Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, gostaria de falar logo após o Vereador Donato, pois, após esta reunião, terei outra da Bancada e, infelizmente, não vou poder participar desta até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tudo bem.

Vereador Donato, V.Exa. tem a palavra.

O SR. ANTONIO DONATO – Bom dia a todos e todas, aos meus Colegas Vereadores, aos Secretários e aos membros do Governo presentes.

É difícil, em três minutos, questionar e discutir um projeto absolutamente vago que tem mais de cem artigos. O projeto é tão vago que a parte da exposição do Secretário não consta do projeto, e nós vamos votar um projeto, não a exposição do Secretário.

Em primeiro lugar, conceitualmente, acho que, para cada tema, deveria existir um projeto de lei específico, pois são temas muito diferentes tratados no mesmo projeto e, em minha opinião, não se justifica esse regime de urgência que atropela o debate.

Mas, vamos aos questionamentos. O Secretário falou em economia de 123 milhões, e o projeto cita 140 milhões – é o que está escrito no projeto –, mas as tabelas de criação e distinção de cargos não demonstram essa economia. Pelo contrário, são criados 570 públicos com remuneração de 2.800 a 17 mil reais; 98 empregos em comissão, com remuneração de 7.500 a 18.329 reais; quatro cargos em comissão DAS-15, e extintos 356 cargos em comissão DAI-2 a DAI-7, que são de nível mais baixo na Administração. Aposto que boa parte desses cargos está vazia neste momento, pois, em geral, são cargos que não são preenchidos. Então, não fica demonstrada a economia; não há uma planilha no projeto que demonstre essa economia de 123 milhões ou de 140 milhões.

O Secretário falou que não existirá demissão de nenhum servidor, mas o projeto não fala isso. Por exemplo, no caso da SPTuris, “§ 1º Os contratos de trabalho mantidos pela SPTuris até o momento da sua extinção poderão, observado o disposto no § 2º deste artigo, ser sub-rogados (...)”. “Poderão” não é garantia nenhuma. Aliás, para a boa técnica legislativa, “poderão” não deve ser usado, porque fica em aberto. Serão ou não serão sub-rogados.

Então, essa é uma questão que tem que estar clara aqui.

Eu queria perguntar ao representante da Secretaria de Saúde se, com o fim da autarquia hospitalar, a estratégia é passar a administração dos hospitais para as OSs. Isso não está escrito, mas queremos entender até onde quer chegar o projeto.

Quanto à SPTuris, esse é um caso a parte, uma vez que já votamos aqui, após um grande debate, a alienação das ações da empresa. Só para lembrar, o Prefeito Doria chegou a dizer que ela valia quatro bilhões, e a Administração Pública queria pôr à venda por um bilhão de reais. O Tribunal de Contas avaliou em 1 bilhão, 450 mil. E, curiosamente, agora, no projeto em que vem a extinção da SPTuris, vem uma estimativa – não sei a troco do que – das áreas. E essa estimativa chega a 771 milhões de reais – nem a um bilhão, a que se queria vender. Então por que está essa estimativa no projeto? A troco do quê? Aliás, tem todo uma redefinição do alinhamento do terreno da SPTuris, porque tem uma pendência que a SPTuris e a Prefeitura não resolveu ainda no cartório de registro de imóveis sobre a sua área, e utiliza-se

esse projeto para fazer isso. Trata, aparentemente, da extinção, mas, na verdade, está tratando da venda do terreno da SPTuris, colocando uma avaliação que nem sei quem fez. Aliás, era bom saber quem fez essa avaliação de 770 milhões para poder vir explicar aqui na Câmara por que é uma avaliação tão baixa, se o Tribunal de Contas fez uma avaliação de 1 bi, 450 milhões.

Teria outras coisas. Mas, por último, o projeto ainda elimina a participação dos representantes dos empregados nos conselhos fiscais. Eu queria saber qual é a razão, porque isso, certamente, diminui a transparência dos conselhos fiscais – não ter a representação dos empregados das empresas públicas nos conselhos fiscais. Então queria entender essa questão.

Como eu sei que eu já passei os meus três minutos, eu vou ter que me abster de fazer outros questionamentos. Esses são os que eu gostaria de fazer.

E, por último, apenas para deixar claro: foi citada a questão do Theatro Municipal. Mas eu queria que, depois, o Líder do Governo pudesse deixar claro que, em primeira votação, nós fizemos um acordo público no plenário de retirada da Fundação do Theatro Municipal do projeto. (Palmas) E eu continuo entendendo que esse acordo está de pé e vai ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A primeira pessoa a falar é André Anselmo Araújo.

O SR. ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – Boa tarde a todos.

Meu nome é André Anselmo Araújo. Eu sou usuário do Sistema Único de Saúde e de todos os serviços públicos da cidade de São Paulo.

Na justificativa do Secretário de Justiça, no processo 6013-2019-000-47907, que dá origem ao PL encaminhado, o Secretário de Justiça deixa claro que o objetivo de tudo isso é proporcionar uma maior participação do privado na coisa pública. Não tem outro objetivo. Ele deixou claro. Está escrito. (Palmas) Ele, inclusive, disse que o Prefeito Bruno Covas, porque foi eleito, tem o direito de vender a cidade. São palavras do Secretário de Justiça no processo 6013-2019-000-47907. Inclusive, um processo público.

Esse modelo de gestão que a Secretaria e que a gestão Bruno Covas apresenta, de privatização, não é mais um modelo tão atual. Acompanhamos pelo mundo a estatização das empresas que foram privatizadas anteriormente. (Palmas) Então vender não é uma prática de gestão moderna, muito pelo contrário. Então não adianta dizer: “Ah, nós estamos tentando modernizar o estado vendendo a coisa pública”. Isso é antigo. Lá fora, as pessoas já estão estatizando novamente essas empresas. Então não tem nada de moderno nisso. Mas eu quero tratar sobre Autarquia Hospitalar Municipal.

A Autarquia Hospitalar Municipal está com a previsão de ser extinta, com o objetivo claro de dar os hospitais municipais às organizações sociais. No Rio de Janeiro, recentemente, observamos a crise da saúde pública, dada a greve das organizações sociais que mandam na saúde no Rio de Janeiro. Na cidade de São Paulo, a organização social já domina 80% da saúde e detém, ou leva, 56% de todo o recurso destinado à saúde.

Então, se o recurso, hoje, é de 12 bilhões, eles estão levando 6 bilhões e meio, deixando para trás diversas pessoas – porque o modelo do contrato de gestão possibilita que 15% da produção não seja realizada. Ou seja, a Cidade paga por 100%, as organizações entregam 80% e está tudo bem, tudo legal e estamos dizendo que aproximadamente meio milhão de mulheres não são atendidas no consultório, na UBS, com clínico, com ginecologista. São mais de 400 mil crianças por ano que não tem acesso à pediatria.

Então este modelo de privatização principalmente da Saúde não é o que queremos. Se a Cidade quer economizar 140 milhões de reais por ano, eu tenho uma questão para vocês, Secretaria de Gestão, vão lá à Secretaria de Saúde, peguem os contratos finalizados. E não é culpa apenas desta gestão, mas de todas as outras que passaram, porque faz 20 anos que temos contratos em aberto sem a finalização de prestação de contas, que se finalizados retornarão ao erário 1 bilhão de reais.

Então quer economizar? Vamos começar a fazer o serviço de casa. Vamos auditar os contratos, não adianta ceder para a iniciativa privada sem que se tenha efetivamente o controle do dinheiro público. O controle da coisa pública. É isso que precisamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Próximo, nobre Vereador Alfredinho, da Comissão de Administração Pública.

O SR. ALFREDINHO – Cumprimentar todos os Vereadores presentes nesta audiência pública; cumprimentar todo público que comparece no dia de hoje e pedir desculpas porque como Líder de Bancada tenho depois o colégio de líderes que vai definir a pauta desta semana e provavelmente esse projeto esteja pautado para que possa ser votado já em segunda na quarta-feira, talvez vontade do próprio Governo.

Aqui na Câmara, quando aparece um projeto tão grande assim, nós o chamamos de “X” tudo. E esse projeto é um “X” tudo porque duvido que cada Vereador tenha condições, por mais inteligente ou técnico que seja, de debater um projeto como esse. O Vereador Donato falou de alguns pontos e muitos outros pontos que estão no projeto não são debatidos aqui.

Nunca vi tanto mau trato, destrato com funcionário público como estou vendo agora. Inclusive, começa em Brasília quando um Ministro chama funcionário público de parasita e parece que a coisa veio aqui para o Município. E é isso o que vem acontecendo. Não justifica esse projeto ter regime de urgência por vários motivos. Vou citar dois.

Quando Doria se elegeu Prefeito veio para cá uma série de concessões e privatizações, algumas foram aprovadas e outras até esqueceram. Ninguém fala mais de Interlagos. Esqueceram. Disseram que ia vender por alguns bilhões para resolver problemas das áreas de Saúde, Educação e vai por aí.

As privatizações que foram aprovadas aqui, até agora na prática nenhuma teve efeito. Pacaembu, parece que agora vão iniciar as obras; Serviço Funerário recente. Ou seja, estão querendo aprovar esse projeto para o próximo Governo ou já fizeram acordo com os eleitores para continuar no ano que vem. Só pode ser, porque não tem a mínima condição, pode até ser aprovado e neste Governo ainda tudo isso ser implementado.

Essa questão da SPTuris é um escândalo porque tem uma área de 362 mil metros. E num projeto como esse o que será feito com essa área. O Vereador Donato falou que o valor

estimado pelo Governo está bem abaixo daquele que o Tribunal de Contas do Município avaliou. E isso é um patrimônio público.

E essas concessões que são feitas, o que percebemos é que são feitas para enriquecer o privado. Não é para melhorar os serviços públicos. Enriquece o privado, porque na maioria do serviço público é muito difícil vir. A Bancada do PT já votou contrário em primeira votação e vai votar contrário em segunda.

O Presidente da Casa me disse que seriam feitas algumas alterações, o Líder do Governo está aqui e espero, o senhor vai apresentar aqui as alterações que serão feitas no projeto, porque aqui é gozado, tem alterações, substitutivo do governo, mas o substitutivo do governo só temos conhecimento cinco minutos antes de começar a sessão ou antes de votar. Nós queremos saber quais as alterações que serão propostas, que foi a retirada do Theatro Municipal, mas queremos saber que outras serão feitas para que possamos fazer um debate, um debate bem franco e bem claro aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Ana Rosa Garcia da Costa.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Bom dia a todos e todas, cumprimento a Mesa, na figura do Vereador Donato, que é da minha região, e do Vereador Alfredinho, que são da zona Sul. Eu sou Ana Rosa Garcia da Costa, ex-Conselheira Municipal de Saúde e atualmente conselheira do Conselho Deliberativo Fiscal da Autarquia Hospitalar Municipal de São Paulo. Nós, enquanto controle social, estamos assustados porque não estamos vendo nenhuma proposta pós-extinção da autarquia.

Não se fala o que vai se fazer e a autarquia existe há muitos anos, ela foi votada numa conferência municipal de saúde, aprovada pelos presentes naquela conferência, que nunca são menos de dois mil munícipes presente. Isso é um desrespeito ao controle social e a participação da sociedade nessa questão. Não bastasse isso, essa questão não foi levada ao Conselho Deliberativo e fiscal da autarquia, como a Lei 8.080 e a Lei 8.142, de 1990, ambas que sustentam o Sistema Único de Saúde. Não foi respeitada a participação da população

nessa questão porque não foi levado para o Conselho.

Mesmo assim o Conselho no dia 21 do mês passado se reuniu e nós forçamos a votação, nós queremos por em votação porque recebemos o projeto, lemos, fizemos a lição de casa e nós conselheiros queremos votar. Foi unânime, oito votos contra o projeto, três abstenções, não teve nenhum voto a favor, nem do próprio representante do governo. Nem eles querem a privatização porque é isso que está por trás: a privatização pura e simples dos hospitais. Isso é um perigo porque os hospitais trabalham com portas fechadas, não há hospital privado que aguarde a demanda da população em pronto-socorro.

Isso vai cair nas costas dos Vereadores e do Prefeito que está deixando o Governo nesse ano. Isso é uma irresponsabilidade acima de tudo porque os Vereadores são corresponsáveis. Se eles votam a favor são responsáveis e se votam contra também são responsáveis. Isso eu peço aos Vereadores que tirem a autarquia dessa confusão porque a autarquia hospitalar municipal é muito importante para toda a população de São Paulo e não pode ser tratada desta forma. Terminando, se quer economizar, muito bem, então expliquem os 30 milhões do senhor Doria que foram desviados das enchentes, antes dele sair em 2017, e os 156 milhões no ano passado desviados também da parte de enchente para privatização e só para conhecimento da plateia o prejuízo de ontem não chega a 150 milhões, ou seja, o dinheiro desviado das enchentes, que estava no orçamento, teria coberto a situação de ontem e o paulistano não sofreria o que sofreu. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Próximo, Raimundo Pedro Gonçalves.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Raimundo Pedro. Sou do Conselho de Representação dos Empregados, represento 350 pais e mães de família, todos concursados. Eu queria, rapidamente, falar com o Subsecretário George Tormin. Sr. Secretário, o que o senhor disse aqui não consta do projeto de lei, não consta. Eu vou ler rapidamente o trecho do inciso I: “Os contratos de trabalho mantidos pela SPTuris até o momento de sua extinção poderão ser” – poderão – “observado o

disposto II, sub-rogados sem descontinuidade aos órgãos e entidades da Administração Pública”. Então, não está assegurado. Então, por favor: peço a retificação da sua fala. São 350 pais e mães de família que merecem respeito. Se a Prefeitura da cidade de São Paulo quer absorver esses trabalhadores e trabalhadoras, falem aqui. Temos o Líder do Governo, o Vereador Fabio Riva, que sempre esteve aqui com os funcionários. O que queremos é a verdade, não mentiras. (Palmas)

Não somos vagabundos, somos todos trabalhadores concursados, como o pessoal do Serviço Funerário, o pessoal da CLT e o pessoal do Theatro Municipal, que está junto com os funcionários. Então, peço isso. Inclusive, o Vereador Fabio Riva, conversando comigo, junto com o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Administração Pública, me disse que vai vir substitutivo do Governo dando garantia aos trabalhadores e trabalhadoras do Anhembi. É isso, Vereador Fabio Riva?

—
- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Não, não, o senhor representa o Governo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – O senhor faria um acordo hoje com os trabalhadores e trabalhadoras?

O SR. FABIO RIVA – Se me permite, Presidente. Hoje é uma audiência pública para que a gente possa ouvir você. Eu até queria falar isso para o Vereador Alfredinho, inclusive o Vereador Donato pode transmitir. Quando um projeto vem em caráter de urgência, automaticamente, até para que vocês entendam, não haveria nem a necessidade desta audiência pública.

- Manifestações no recinto.

O SR. FABIO RIVA – Só para vocês entenderem o rito. Por isso que estou esclarecendo como é a forma de diálogo desta liderança do Governo com toda a base e os partidos de oposição. Quando veio o projeto, fizemos a votação em primeira, fizemos um

acordo; e, nessa condição, deliberamos a realização desta audiência pública. Só para corroborar o que o Vereador Alfredinho acabou de dizer as eventuais alterações e melhoras de técnica legislativa só vão acontecer após ouvir a sociedade civil que veio hoje a esta audiência pública. Essa é a importância de vocês entenderem a realização da audiência pública.

- Manifestações no recinto.

O SR. FABIO RIVA – O Governo está aqui, e as perguntas são dirigidas a ele, não é a mim. Eu fui o porta-voz do Governo através do substitutivo que o Governo vai encaminhar. Então, aqui, eu não assumo nenhuma palavra acerca do Governo, até porque o Governo está aqui, e quem representou o Governo e disse, e fez a apresentação foi o Secretário George Tormin. Estranha-me essa sua fala até pelo bom relacionamento...

- Falas simultâneas.

O SR. FABIO RIVA – Só para que a gente não gere uma polêmica, a gente crie aqui uma forma de diálogo bastante transparente.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Vereador... Vereador... Perfeito.

O SR. FABIO RIVA – E há aqui quem sabe que eu faço isso...

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Eu nunca disse que o senhor destratou os funcionários.

O SR. FABIO RIVA – Disso eu tenho muita certeza. Mas o que eu disse a você é que eu recebi a demanda de vocês.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Perfeito.

O SR. FABIO RIVA – A solicitação de vocês dessa alteração, inclusive que foi falada pelo próprio Vereador Donato, e foi externado por você, da mudança dessa palavra. Então, essa palavra, do “poderão”, para o “deverão” e para o “serão”, é isso o que nós vamos levar ao Governo, para que o Governo possa ser muito mais claro acerca daquilo que foi dito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Raimundo, por favor.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Então, Subsecretário...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Claro, eu estou aqui. Pode deixar. Fique tranquilo. A mim não vai haver nenhum prejuízo, não.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Então, Subsecretário George Tormin, o senhor poderia, aqui, fazer um acordo com os funcionários, do compromisso do governo Bruno Covas com 350 pais e mães de família, de que não vai haver demissão? Daria para o senhor, aqui, fazer um acordo? A mudança...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Jovem, ao final vai ser respondido. Pode fazer os seus questionamentos.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Não, ele pode falar se ele quiser.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não, agora, não. Na hora, a presidência vai definir.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Para definir...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Terminou o seu tempo? Na hora oportuna, será respondido. Jovem, aqui, a presidência está administrando esta audiência pública.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Srs. Vereadores, eu quero fazer um relato aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pode fazer os questionamentos.

O SR. RAIMUNDO PEDRO GONÇALVES – Sim, quero fazer um relato, aqui, aos senhores. Eu, Raimundo, estou em dois processos: um processo no Ministério Público do Patrimônio Público e Social e em outro sou parte, também, do Tribunal de Contas do Município. Eu quero dizer aos senhores – com todo o respeito, Sr. Vereador Fabio Riva – que tomem cuidado com esse projeto de lei.

As terras do Anhembi estão infectadas por terras públicas. Eu falo isso porque eu tenho um carinho imenso pelo Carnaval. Inclusive, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, Vereador, está lá, se dedicando, no Carnaval. Com chuva ou sol, nosso pessoal

está lá, trabalhando. Então, eu quero deixar claro para vocês: que realmente tomem cuidado, porque, se vocês continuarem com esse projeto, da forma como está, não fazendo as retificações nas terras, não tratando da estrutura, a Justiça vai mandar arrancar a arquibancada do Sambódromo. Há duas arquibancadas do Sambódromo que estão em terras públicas.

Temos de tomar cuidado. Eu acho que não é viável, nem para o pessoal do Carnaval, nem para a Liga, nem para nós, funcionários, que adoramos o Carnaval, nem para vocês. Então, vamos tomar cuidado com esse projeto, o 749, que fala da extinção da SPTuris, porque eu estou acompanhando no Ministério Público, Sr. Vereador, esse inquérito civil. O Promotor já nos disse: “Olhem, seria muito prudente que primeiro se fizessem as retificações das terras, que tratassem essas terras, para, depois, sim, continuar com o processo de extinção ou venda.”

Então, faço, aqui, esse relato a vocês, como usuário, também, desse equipamento maravilhoso que é o Anhembi e como funcionário. Tomem cuidado com esse projeto.

Um grande abraço a todos os trabalhadores e trabalhadoras! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Raimundo. Lourdes Estevão, do Conselho Municipal...

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Lourdes Estevão. Eu sou do Conselho Municipal. Sou do Sindsep, responsável pela parte da Saúde. Estou aqui, representando a Confetam, que é a confederação dos municipais do Brasil. Quero falar da autarquia.

A primeira coisa que eu gostaria de lembrar é que o Sistema Único de Saúde tem como princípio o controle social – e o controle social não foi consultado. Nós temos o Condefi. A Ana Rosa acabou de colocar: foi votado e o Governo não deu bola. (Palmas) O Conselho Municipal não foi consultado – nem os conselhos locais, que existem em cada hospital. Ele é feito para funcionar. Ele não é de enfeite.

Quando falamos da transferência da autarquia hospitalar para a Secretaria da Saúde, está muito claro que é exatamente preparar o terreno para as organizações sociais.

As organizações sociais, os hospitais das organizações sociais não atendem a demanda da cidade de São Paulo. Vou pegar um exemplo da zona Sul, Hospital do Campo Limpo. O Hospital do Campo Limpo é exatamente a referência de todos os hospitais da zona Sul. Lá no Grajaú tem problema de neurocirurgia, vai para o Hospital do Campo Limpo; Pedreira, vai para o Hospital do Campo Limpo; Itapeverica, Pirajuçara, vai tudo para o Hospital do Campo Limpo, que é o hospital municipal na mão da direta. Por que nós vamos transferir os hospitais para as organizações sociais que têm a porta fechada à meia-noite, minha gente? (Palmas) À meia-noite o SAMU recebe as ligações desses hospitais das OSs dizendo o seguinte: “Não tem vaga”. Se tiver baleado, se tiver acidente, vai para onde? Hospital do Campo Limpo, Hospital Saboya, Ermelino Matarazzo.

— Não justifica esse projeto. Está parecendo o final da feira, final de governo e final de feira, está liquidando! Não podemos assaltar! Não está claro, esse projeto! (Palmas) Na Câmara dos vereadores, nós estávamos lá, e os vereadores perguntavam qual é o destino desse projeto que está colocado, porque não foi discutido. E não é final de feira, porque a prefeitura de São Paulo não é do Prefeito, não é do vereador. Tem que discutir com a sociedade. Retirem esse projeto e discutam com tranquilidade, com responsabilidade, com toda a população que é dona da prefeitura de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Sérgio Mantiqueira, a palavra é sua.

O SR. SÉRGIO MANTIQUEIRA – Boa tarde, trabalhadores.

Em janeiro foi publicada uma pesquisa da Rede Nossa São Paulo e do Ibope dizendo que a Câmara Municipal era a instituição pior avaliada pela população paulistana. O Vereador chegou a comentar, e em parte eu concordo, que era pelo afastamento da população do dia a dia da Câmara.

Mas é muito útil, providencial que seja dessa forma, justamente quando vem projeto dessa forma, que a gente sabe que já tem mais de 30 votos favoráveis; um projeto como esses que não são debatidos com a população e vão ser aprovados. O que está acontecendo aqui

hoje não é democracia, é *pro forma* para ele passar em segunda votação, para passar o trator por cima da população de São Paulo.

Se o Prefeito quisesse dar algo de melhoria de qualidade para a população, qual é a proposta para melhorar a qualidade da saúde? Qual é a proposta para melhorar a qualidade da educação? Na cultura, qual é a proposta que tem? Eles sempre vêm com a conversa de redução de gasto e melhoria da qualidade.

Esse projeto não tem nenhum estudo apresentado, nada para dialogar com a população e não foi apresentado para a população. Num ano de eleição, se fosse coisa boa, estava na campanha, estava na mídia, sendo debatido com a população. Quem quer se reeleger mostrava a cara. É só passar aqui na Câmara com o apoio de 30 vereadores que no final do ano vão querer ser reeleitos. Nós vamos trabalhar contra isso.

Retirem esse projeto! Debatam com a população! Debatam com os trabalhadores!

- Manifestações na galeria.

O SR. SÉRGIO MANTIQUEIRA – Eu quero dar o último recado. Dia 18 de março, servidores e funcionários públicos do Brasil inteiro vão estar reunidos para uma greve nacional contra os parasitas que estão no Planalto Central, no Governo Doria e no Governo Bruno Covas, sugando nosso sangue.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Próximo orador, João Gabriel Buonavista.

O SR. JOÃO GABRIEL BUONAVISTA – Boa tarde.

Não dá para começar a me expressar aqui sem deixar muito claro que a participação popular, que uma audiência pública não é favor. Democracia não é favor, democracia é direito. Esse projeto está tratando de uma reorganização radical da administração pública, de interesse público, então realizar uma audiência não é fazer favor, é direito, um direito democrático, porque foi por meio da democracia, que é imperfeita que vocês, Sras. e Srs. Vereadores, estão sentados aqui hoje. Se não fosse pelo voto popular, vocês não estariam aqui. E esse voto popular vai ser testado novamente, cada uma das cadeiras desta

Casa.

Pode parecer que o dinheiro compra, por isso talvez haja uma vontade tão grande desta administração de deixar claro para os interesses privados que eles são os melhores amigos; mas para a população do São Paulo é favor fazer audiência pública.

O projeto, como disse o Vereador Donato, é vago, genérico, porque a população de São Paulo vai descobrir o que é esse projeto no dia em que saírem os decretos. Ali, por exemplo, a gente vê a Escola de Saúde Pública; não está claro se vai para a Cultura ou vai para a Secretaria de Trabalho? O projeto não detalha.

O que vai acontecer com esses trabalhadores todos desses órgãos? Não está claro. É um fio de barba, como foi colocado: “A gente tem o compromisso de que vão ser... Poderão ser...” É aquele velho “na volta a gente compra”, que sua mãe fala quando você pede um brinquedo. Se houvesse realmente o compromisso de absorver todo o quadro, poderia estar lá: migração para o regime jurídico único. É obrigação dos municípios, o regime jurídico único. No entanto, está vago. Qual é a proposta para esses trabalhadores? Se há realmente o interesse, cadê a parte do projeto que detalha como eles vão ser absorvidos, vão ser transformados em estatutários? Onde está previsto isso? Está vago. “Na volta a gente compra.”

Estamos perdendo uma oportunidade de discutir a organização da administração pública com um projeto que quer ser feito a toque de caixa e que está tirando da população de São Paulo e dos vereadores desta Casa o direito de discutir detalhadamente o que é do interesse da população. Lamentável.

Retira já!

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Douglas Cardoso, por favor.

O SR. DOUGLAS CARDOSO – Boa tarde.

Para começar a fala, esse projeto é horroroso. Ele já começa horroroso porque, quando se coloca um projeto como esse sem conversar com a sociedade, ele já deveria ser nulo por isso, porque ele não ouve a sociedade;

Falando da autarquia hospitalar, eu sou trabalhador do Hospital do Campo Limpo. Nós vivemos o pior momento que nós já passamos aqui no Município, em que os recursos da saúde estão totalmente defasados. Os trabalhadores estão sofrendo dentro dos hospitais. Auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem, cuidando de 16 pacientes; enfermeiros cuidando de 40 pacientes. Um total desrespeito com a população e quando a gente vai cobrar para ter mais trabalhadores, olha o projeto que é colocado: vamos extinguir a autarquia.

Agora temos uma situação muito pior também não autarquia porque aqui não está sendo falado, temos trabalhadores no contrato de emergência há 12 anos trabalhando sem férias. Sabe o que eles vão fazer com esse projeto? Vão retirar esses trabalhadores de uma hora para outra, sem dar satisfação para a sociedade. Os servidores públicos colocam que o projeto que os servidores vão ser absorvidos pela Secretaria de Saúde. Só que eles não colocam se esses trabalhadores vão permanecer no mesmo local de trabalho.

Então esse projeto não tem diálogo, ele tem que ser retirado, essa é a nossa luta, Se você quer fazer algo, se querem fazer algo, conversem com a sociedade. Também vou falar da questão do Corujão da Saúde. No Corujão do câncer que está sendo feito. Eles fizeram esse corujão, mas é um projeto totalmente eleitoreiro. Porque fala que não tem recursos para saúde, mas de repente aparece para as organizações sociais. Agora, quando a gente vai falar na questão da autarquia hospitalar, nunca tem dinheiro, nunca aparece dinheiro. Isso é uma total falta de respeito com a população, é uma falta de respeito com os trabalhadores.

A autarquia hospitalar tem um déficit gigante de profissionais e a solução é entregar para as OSs? É extinguir e entregar para as OSs? E os cargos que estão vagos, por que não foi feito concurso público para suprir a necessidade da autarquia. Simplesmente eu vou resolver o meu problema extinguindo as autarquias.

Então não tem jeito, gente, como foi colocado aqui, eles não querem mais ouvir a gente, estão fazendo um favor, então, retirem esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar a presença dos nobres Vereadores Zé Turin, Celso Giannazi, Juliana Cardoso e Daniel Annenberg. Para intercalar eu

passo a palavra ao nobre Vereador Zé Turin.

O SR. ZÉ TURIN – Boa tarde a todos e a todas, quero cumprimentar os nobres colegas Vereadores, ao Secretário-Adjunto e as demais autoridades, na pessoa do nosso querido Presidente da Comissão de Administração Pública, Gilson Barreto. Esta audiência pública foi solicitada pelo nosso próprio Presidente da Comissão, da nossa Comissão de Administração Pública, até mesmo porque vejo que o nosso trabalho aqui na Câmara é um trabalho de transparência. Nosso mandato é um mandato de transparência e por esse motivo, a pedido do Governo, o próprio Presidente solicitou, na data de hoje, esta audiência pública para ouvir todos vocês. Nós vereadores também, sendo da base do Governo, estamos aqui para ouvir e ajudar o governo na construção do texto.

A todo instante sobe alguém para falar e fala em relação à garantia da permanência dos funcionários da Administração direta e indireta e já está muito claro para nós. E só darei meu voto a partir do momento que ficar muito claro no texto que esse “poderá” “deverá” isso para nós já acabou não tem porque nós continuarmos batendo nessa tecla. O Vereador Donato já colocou, é algo que nós, desde a primeira votação, já enxergamos que a expressão está errada. E vamos sim consultar o jurídico e todos os colegas da Casa para colocar a melhor garantia no texto, ou seja, vamos garantir não só um emprego daqueles que fazem parte da administração direta, também os indiretos.

Eu venho da iniciativa privada. Sou empresário de empresa privada, e eu, mais que ninguém, nesta Casa, defendo o interesse do trabalhador, não importa se concursados ou não. E nós temos, inclusive, falando aqui do Hospital do Campo Limpo..., a dona Lourdes falou aqui da valorização do conselho gestor. Ou seja, do social que a gente mais faz aí fora.

Nós temos, nomeados em nosso gabinete, a Silvana, que faz parte do conselho gestor do Hospital do Campo Limpo.

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

O SR. ZÉ TURIN – Se é ilegal, então nós vamos resolver.

Eu estou aqui, neste momento, dizendo para vocês que eu conheço de perto o

problema de cada um de vocês, da zona Sul, quando se fala da Saúde, em qualquer equipamento.

Então, a gente tem feito as vistorias. Eu tenho fiscalizado. Temos encaminhado, aqui no Orçamento, recursos para poder melhorar, a cada dia que passa. Então, não vamos conseguir nesta gestão resolver o problema que já vem de várias gestões. E o Prefeito Bruno Covas tem se empenhado com a sua equipe e seus secretários para poder fazer o melhor.

Duzentos milhões foram investidos na Saúde, que votamos aqui e tem melhorado sim. Não adianta vocês me falarem que as OSs não têm trabalhado bem, porque elas têm sim, porque eu tenho fiscalizado.

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

O SR. ZÉ TURIN – Não admito, por favor, me respeitem, porque se vocês estiverem duvidando do que eu estou falando, então formem uma comissão e vamos juntos fiscalizar. Porque, onde eu fui, eu vi que está funcionando bem e eu não admito que venham falar mal. Eu fiscalizei. Eu tenho mandado neles para a Secretaria de Saúde...

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

O SR. ZÉ TURIN - ... dentro dos ajustes necessários para oferecer uma melhor qualidade de atendimento para a população de São Paulo.

Então, o esforço está sendo feito, sim. E este projeto de lei 749, está sendo elaborado com muito carinho por todos nós, estudado. Todos aqui, colegas Vereadores, estão estudando alterações para darem a sua contribuição no texto em um substitutivo que virá. E estamos aqui para ouvir vocês para apresentarmos o melhor. E tudo isso é para reduzir custos, sim, e facilitar a vida do cidadão paulistano através...

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

O SR. ZÉ TURIN - ... através da unificação das Secretarias.

Obrigado, Sr. Presidente.

- Manifestações na galeria – inaudível.

O SR. ZÉ TURIN – Falta de respeito para com o ser humano desejar a morte do

nosso querido Prefeito Bruno Covas. Perdoe-me, a senhora não tem Deus no coração. Não fale isso. Olhe a falta de respeito para com o próximo...

- Manifestações na galeria – inaudível.

O SR. ZÉ TURIN - ...falar da morte de uma pessoa que a gente ora todo dia pela vida dela. Não acho justo.

- Manifestações na galeria – inaudível.

O SR. ZÉ TURIN – Deseje isso para um ente querido da sua família.

- Manifestações na galeria – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, respeito.

Tem a palavra o Sr. Luís Henrique Coelho da Silva.

O SR. LUÍS HENRIQUE COELHO DA SILVA – Boa tarde a todos.

Sou Luís Henrique Coelho. Sou fundador do Empreende Aí, que é um negócio de impacto social e queria iniciar com uma pergunta: quem aqui é de periferia? (Pausa) Muitas pessoas, assim como eu, são de periferia. Eu sou nascido e criado no Jardim São Luís, que é um dos bairros que foi considerado o triângulo da morte, com o Jardim Ângela e Capão Redondo, nos anos 90.

Era mais perigoso viver nesses bairros, Srs. Vereadores, que viver em uma guerra. Não sei se todos aqui sabem disso.

Hoje, a gente desenvolve trabalho com pequenos empreendedores nas periferias da cidade de São Paulo e em outros lugares do país. E tem uma agência de desenvolvimento chamado Ade Sampa, que é uma grande apoiadora do nosso trabalho, junto de diversas ações que eles fazem. A Ade Sampa é uma agência de desenvolvimento. O que a Ade Sampa faz para as periferias e para os empreendedores de periferia desta cidade não está, de forma alguma, no projeto que será substituído com a mesma clareza e com a mesma eficiência.

A Ade Sampa foi criada no Governo do Haddad e foi melhorada significativamente nesta nova gestão, o que é bastante interessante, porque agora eles atendem a mais de 50 mil empreendedores por ano, o que é uma quantidade gigantesca de pequenos empreendedores,

em uma época de desemprego.

Então, além do emprego que vocês querem tirar, da galera que já falou aqui, da SP Turis, aprovando este projeto, vocês vão estar tirando dinheiro do bolso dos pequenos empreendedores, tirando as capacitações... (Palmas), tirando as capacitações, tirando o investimento em tecnologia, tirando a nossa possibilidade de concorrer com os grandes empresários e empreendedores do País.

Então, não dá para substituir uma agência de desenvolvimento por uma agência de investimento. A própria nomenclatura já muda totalmente para quem é feito o projeto, como será feito e quem será privilegiado. E mais uma vez, a gente, que é da periferia, vai estar para trás. Os Vereadores querem, em um período de crise e desemprego, piorar a vida dos pequenos empreendedores que geram renda e que lutam, no dia a dia, deste País. É isso o que os senhores querem?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Manuel Muniz.

O SR. MANUEL MUNIZ – Bom dia.

Meu nome é Manuel. Eu sou de uma entidade da sociedade civil, que se chama Ecocultural. Atualmente, a gente desenvolve um trabalho no Tear Taipas, que já atendeu a mais de três mil empreendedores. A gente não só atende o pessoal de Taipas, mas a gente atende Jaraguá, Perus, Freguesia do Ó, Bairro do Limão, Francisco Morato, Franco da Rocha.

E a nossa preocupação aqui, como eu sou o gestor do Tear Taipas, a nossa preocupação aqui é que, como a Ade Sampa vai ser incorporada pela SP Investe, ela perde a sua característica de desenvolvimento econômico-social.

Então, eu gostaria de saber como vai ser a manutenção desses projetos, que atualmente atendem vários empreendedores da periferia. Então, são projetos como o Vai Tec, Fábrica de Negócios, Teias, Mais Mulheres.

Eu gostaria de uma resposta de como vai ser e qual a garantia da continuidade desses projetos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Nelson Ferreira Filho, do Conselho Participativo Municipal.

O SR. NELSON FERREIRA FILHO – Boa tarde a todos.

Nelson Ferreira. Sou do Conselho Participativo Municipal dos Distritos de Jaconã/Tremembé. É uma das primeiras coisas que eu acho que deveria ser exigida, pela própria Comissão, seria que a apresentação, não só dessa, mas de outros que possam vir, realmente condiga com o projeto de lei que recebemos. Têm coisas que estão na apresentação, mas que não estão no projeto, e vice-versa.

Então, seria bom que fossem justamente as questões que estão aqui para que a gente não fosse surpreendido diante da fala.

Agora, falando sobre a questão da extinção da autarquia, também sou conselheiro da supervisão de saúde da Vila Maria e Vila Guilherme e, naquela região, temos dois grandes hospitais, que é o Hospital Vereador José Storopoli e o Hospital São Luís Gonzaga. E esses dois hospitais já são geridos por OSs.

Então, hoje falta realmente uma fiscalização em relação aos contratos de gestão, até porque as supervisões de saúde de São Paulo estão cada vez mais enxutas, estão cada vez mais sem funcionários. Os funcionários públicos vão se aposentando e há muitos anos não há concurso público na área da saúde. Então, hoje temos supervisões na cidade de São Paulo, e não vou pontuar aqui, seria até antiético, com três, quatro funcionários para tomarem conta de uma supervisão que é responsável por mais de 15, 16 equipamentos de saúde. Isso é inviável. O que está ocorrendo? As OSs estão acabando por auxiliar uma supervisão e isso não deve ocorrer. Como a própria OS vai ajudar, auxiliar no serviço da supervisão, supervisão essa que teria de estar fiscalizando o serviço da OS?

Então, temos de ver o que está ocorrendo com essa falta de funcionários, falta de RH. Quando foi discutida a reorganização da área da saúde, infelizmente a gestão não soube bater de frente com o que ocorreu no Ministério Público. Houve uma discussão diante de mais

de mil pessoas e o que foi decidido lá foi desrespeitado. Encerrou-se a discussão, deu-se um cala boca em todo mundo e a reorganização não continuou. Isso é o que nós precisamos. Temos também de discutir a questão da autarquia, mas precisamos reorganizar a área da saúde na cidade de São Paulo de fato, em todos os segmentos. Como se discute um projeto dessa amplitude e o controle social não foi chamado para discutir? (Palmas)

Quem vai dizer se vai economizar dinheiro ou não é lá na ponta, o usuário. Ele vai dizer se está sendo prestado um serviço digno ou não, se o serviço é de qualidade ou não. Não adianta querer com medidas mirabolantes, programas de *marketing* político, principalmente na área da saúde, se nós temos uma das melhores ferramenta, que nenhum país tem, que é a cartilha do SUS. É preconizar os interesses do SUS e não é preciso criar mais nada. Para que criar coisas que estão fora da cartilha do SUS? Respeitem o que já está pronto. Não precisa criar programas de *marketing* que não estão contribuindo em nada para a saúde pública.

E o que me surpreendeu mais ainda – talvez por um descuido meu eu não tenha reparado na avaliação que eu fiz do projeto -, quando eu vejo aqui a extinção da Ade Sampa. Este projeto está fazendo uma nova dignidade para as periferias. A periferia da cidade de São Paulo, o trabalhador desempregado, aquele munícipe que estava encostadinho em seu canto, não tinha o que fazer. O Ade Sampa, com outros serviços da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, está dando uma nova dignidade a essa pessoa da periferia. Segmentos que eram esquecidos, hoje estão sendo lembrados e está sendo dada uma nova qualidade de vida através do empreendedorismo, geração de renda. Isso acaba evitando até com que essa pessoa parta para outros caminhos que não vão contribuir com o poder público.

Então, eu acho que essa é uma questão que pode ser reavaliada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos e a todas.

Nós, do PSOL, votamos contra a este PL na primeira votação. PSOL e PT acabaram fazendo um acordo de tirar o Theatro Municipal. Não obstruímos naquele momento

porque achávamos que se obstruíssemos não conseguiríamos garantir nada e o Governo chegaria e colocaria a base e, no fim, não conseguiríamos negociar nada.

Mas já que teve esse compromisso aqui, do Presidente da Câmara Municipal e de vários partidos, conosco, eu queria saber do Governo se isso realmente será cumprido, se o Teatro Municipal vai estar fora do projeto. Se é essa a expectativa de um substitutivo, que isso aconteça.

Outra coisa é o modelo de Estado. Toda vez que discutimos um pouco isso, claro que tem a questão econômica que tem de ser levada em consideração, mas não somos um banco, não somos uma economia privada que só temos a questão econômica. Temos de ver a qualidade do atendimento do serviço público para a sociedade. (Palmas)

E eu não vejo em momento algum discutirmos aqui o que isso vai interferir na qualidade do atendimento. Então, por exemplo, a gente tem relatórios do Tribunal de Contas do Estado, não o Municipal, em que uma UBS privatizada sai mais cara que uma UBS direta. Isso foi um estudo do TCE, não sou eu que estou falando. Então, eu queria entender um pouco isso, se está todo mundo hoje questionando também o modelo privatista, se realmente é eficaz e consegue dar um bom atendimento, por que essa insistência de tentar vender todos os nossos patrimônios públicos? Isso, eu queria entender e queria também que vocês falassem um pouco da qualidade do atendimento.

Outra coisa e, aí, quem é privatista usa muito essa metodologia. Eu vou falar do SP Turismo. SP Turismo tem desenvolvido trabalhos e ainda não recebeu por eles, porque foi transferido pela Secretaria de Turismo como se fosse a Secretaria que operasse aquele trabalho.

Então, assim, como ela vai dar lucro se a Prefeitura presta serviços para empresas e não recebe porque foi feito via Secretaria de Turismo?

Então, não é uma precarização que vai se fazendo com o serviço público para depois ter uma justificativa de falar: “Não, isso aqui não funciona, esse modelo aqui não funciona e agora é obrigado a privatizar”. Então, quer dizer, vai sucateando, sucateando,

sucateando de tal forma que agora fala assim: “Olha gente, não tem outra maneira de ser. Vamos ter de privatizar esse serviço”.

Então, eu queria entender por que não tentar melhorar essas questões do serviço público e a solução será a venda desse serviço.

Tem outra questão também que é muito importante falarmos, que é a questão da fiscalização. A Saúde, as OSs fazem o que querem na cidade de São Paulo porque não tem fiscalização. (Palmas) E isso não é desta gestão. Isso é de todas as gestões dos últimos 20 anos. E, aí, o que se faz? Não tem fiscalização, elas fazem o que querem e é o dinheiro do servidor, do munícipe que está indo para a lata do lixo. Então, eu queria entender o seguinte, qual é o plano de fiscalização dessas empresas? Como elas serão fiscalizadas mais efetivamente? Porque quando a gente fala assim: “O Fernando Henrique fez as suas privatizações e os seus controles”, mas qual é o controle da Saúde hoje? Se você pegar, por exemplo, os planos de saúde, eles aumentam acima da inflação, o quanto querem. Quer dizer, não tem regulação de nada. A regulação quem faz é o mercado, porque a agência reguladora não regula nada e quem paga o pato, no final, é a população. (Palmas) Então, que modelo e agência reguladora são esses que vocês querem fazer? Porque, se for no mesmo modelo do governo federal, já vimos que não funciona.

Portanto, se essas coisas não forem respondidas, com certeza nós, do PSOL, votaremos contra e continuaremos a fazer obstrução.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Vereador.

Tem a palavra a Sra. Selma Barros dos Santos Dias.

A SRA. SELMA BARROS DOS SANTOS DIAS – Boa tarde a todos.

Meu nome é Selma. Eu sou diretora de representação dos empregados da SP Obras.

Eu venho falar aqui a respeito deste projeto monstro, que está sendo tocado a toque de caixa, mais especificamente do artigo 107 que curiosamente foi colocado em

Disposições Finais. Quase ninguém chega até lá na leitura.

Ele está trazendo modificações em nossa Lei 10.731/89 que instituiu representantes dos trabalhadores nos colegiados das empresas públicas. E o que eles estão tirando agora é o representante do conselho fiscal, que é indicado pelos trabalhadores e escolhido entre os membros da sociedade para atuar na fiscalização das empresas.

Esta lei foi sancionada por nossa digníssima Prefeita há época, Luiza Erundina, que estava há anos-luz à frente, em termos de gestão participativa. (Palmas) Totalmente o contrário desta gestão, que se diz moderna, democrática, e que quer simplesmente trazer esse retrocesso, depois de 30 anos de lei, tirando a sociedade da fiscalização. Agora eu pergunto: por que tirar o representante, que só temos uma cadeira? Cada empresa só tem uma cadeira para os representantes, ao passo que eles lá, a Prefeitura, tem quatro cadeiras na indicação. Aí querem fazer economia justamente na única cadeira que a sociedade tem para atuar no colegiado, nessa parte da fiscalização? (Palmas) Por que não quer ser fiscalizado pela sociedade? Essa é a pergunta. A resposta, Sr. Vereador Antonio Donato, não precisa nem perguntar para a Mesa, a resposta está clara: não quer ser fiscalizado pela sociedade. Isso é democracia? (Palmas) Isso é estado democrático de direito?

É nisso que temos de ficar de olho quando chega esse tipo de jabuti em um projeto de lei que está sendo tocado a toque caixa e tirando justamente a participação... Agora, virou um favor fazer audiência pública. Agora, virou favor também ter um membro representante lá dentro, ter os olhos da sociedade na fiscalização dessas empresas, uma única cadeira, que está sendo retirada.

Este projeto não pode prosperar, Srs. Vereadores, principalmente o artigo 107 das Disposições Finais, porque está tirando a participação única entre quatro cadeiras da indicação, uma única da sociedade. E isso em todas as empresas públicas, porque não será só nas criadas, nas que estão envolvidas nesse projeto. Isso será aplicado em todas as empresas que já temos.

Então é isso que gostaria, Srs. Vereadores, que atentassem para isso. Isso é um

atentado ao Estado Democrático de Direito, atentado à Constituição Federal, artigo 10 e atentado à Constituição do Estado, artigo 115, inciso XXIII; e artigo 288 da Constituição do Estado de São Paulo.

Muito obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Próximo orador, João Godói. Em seguida, Sra. Angelina Gaúna.

O SR. JOÃO GODÓI – Boa tarde a todos, em primeiro lugar quero agradecer ao Vereador Donato que desde o início tem nos apoiado na questão da São Paulo Turismo.

No final do ano passado o Prefeito veio a público apresentar esse projeto de lei para a sociedade, alegando que as empresas municipais são um “cabidaço” de empregos. Mas os cabides são nomeados pelo Prefeito. E se o Prefeito falou em cabide ele sabe quem é. Ele tem o poder de nomear e de exonerar.

Então não tem cabimento o Prefeito vir a público falar que vai extinguir as empresas com o objetivo de exonerar cabide. É ele que nomeia, que tem a caneta para tirar e para colocar. Não somos nós. É simples assim.

Outra coisa, essa “vaca” da SP Regula já vai nascer como um grande cabide de empregos, porque a primeira coisa que o Prefeito está fazendo aqui é nomear quem ele quer. Cadê os concursados? Onde estamos nós? Onde está o concurso? O Prefeito só vai nomear gente dele. Então não tem cabimento isso.

O que o Prefeito está priorizando aí são as transferências dos cargos em comissão. E os efetivos são irrelevantes e invisíveis para esse Prefeito. É isso que somos: irrelevantes e invisíveis.

Outra coisa, acho que essa votação em bloco é coisa de fascismo. Vocês se juntos todos ali e: vamos aprovar isso, sabe lá a quem interessa e passa. O povo que se dane. Então acho que é o tipo de coisa que tem de ser revisto por vocês.

E para finalizar, uma coisa que estou vendo aqui, esse projeto de lei, o PL 749, vai

virar pauta política na cidade de São Paulo. Vai ter muito debate aí. Vocês não pensem que vão ajuntar em 30 Vereadores, vai aprovar e ficar aqui. Não vai ficar aqui não. Olhem o tanto de pessoas e vamos levar isso para o bairro. Vamos discutir isso no bairro. Não vai ficar aqui só entre vocês. Vamos discutir no bairro.

É isso que quero deixar aqui para vocês. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, João. Angelina. Depois o Sr. Marcelo Moraes.

A SRA. ANGELINA GAÚNA – Boa tarde. Meu nome é Angelina, sou representante da São Paulo Turismo. Temos aqui cerca de 50 empregados. Por que só 50 empregados, só entre aspas, porque os outros 350 estão lá fazendo Carnaval e não podem sair. Nós estamos aqui, fomos de manhã e voltamos porque os demais estão lá segurando o Carnaval nas costas.

Agradeço àqueles que ficaram e àqueles que vieram.

Esse projeto trata da extinção de dez empresas. Cada uma tem a sua história. Eu não conheço a história de cada uma das empresas, eu conheço a história da empresa em que estou há 11 anos, em que trabalho todos os dias com afinco – assim como meus colegas - e cuja camisa eu visto. Temos uma história. Eu gostaria de saber se, aqui, algum já ouviu falar de Parque Anhembi ou Sambódromo do Anhembi. Por favor, levantem a mão. (Pausa) Todo mundo conhece. A empresa tem uma história de 50 anos, neste ano faremos 50 anos, pois o Anhembi foi inaugurado em 1970. Nossa história trouxe orgulho para a cidade de São Paulo, trouxe negócios, trouxe feiras, trouxe progresso. Porém, nos últimos quatro anos, mais ou menos, começou a degradação.

Quando entrei, havia cerca de 800 funcionários; hoje somos 350 efetivos e cerca de 70 comissionados. Levamos aquilo nas costas, como dá, sem investimento. É um lugar que está depredado, por isso estamos, a todo o momento, sem conseguir trazer receita. Com isso, todo mundo conhece a história de se colocar a venda do Anhembi. Como não se consegue vender, então vamos extinguir, como o nobre Vereador bem colocou. Vamos extinguir a empresa e vender a um preço mais baixo. Não podemos aceitar isso, e não só como

funcionária, mas como cidadã. (Palmas)

O Anhembi faz parte da memória da cidade de São Paulo. A Secretaria Municipal de Turismo é recente, é nova, não tem estrutura para levar os serviços de turismo que a São Paulo Turismo conduz. Não tem essa estrutura. Portanto, eu gostaria de saber qual é o ganho de se extinguir a São Paulo Turismo, se vai levar todo esse serviço para outra estrutura. Não entendo qual é o ganho. Para que ser vai fazer isso? Alguém terá que fazer o serviço que nós fazemos.

Caso não seja retirado o projeto – porque vejo aqui que o caminho seria sua retirada – (Palmas); caso isso não aconteça, no mínimo que seja feita uma redação para garantir que toda a mão de obra que presta esse serviço continue a fazê-lo na Administração Pública, direta ou indireta. Porque o serviço que nós prestamos é para o Município, para a cidade de São Paulo. Nós não trabalhamos só para nós nem só para o Anhembi, prestamos serviço para o Município e queremos trabalhar muito mais, termos muitas mais oportunidades de melhorar o serviço de turismo na cidade de São Paulo.

Eu gostaria de pedir que os Vereadores realmente trabalhassem na mudança da redação desse projeto, isso se não for possível a sua retirada. Minha manifestação é pela retirada. Obrigada.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Angelina. Próximo, Marcelo.

Em seguida, João Batista Gomes.

O SR. MARCELO MORAES ISIAMA – Boa tarde a todos e a todas. Sou da Diretoria de Representação da CET. Representamos 4,2 mil empregados. Estamos dentro de uma das empresas municipais que mais têm empregados. Primeiramente, somos solidários àqueles que estão hoje aqui sendo citados no PL 749/2019. Em princípio dizia-se que ele não envolvia a CET, mas não é isso o que estamos vendo isso.

Os empregados da CET estão muito preocupados com o que está acontecendo hoje dentro do Município, uma vez que a companhia presta grandes serviços à Prefeitura.

Estamos vendo, sim, dentro da SP Regula, nos serviços delegados, que as nossas atividades sendo envolvidas, uma vez que a concessão da Zona Azul está dentro do projeto. Com isso, a CET perderá o equivalente a 100 milhões em verbas/ano, verbas diretas, e terá, em dobro, a obrigação de fiscalizar as vagas da Zona Azul. O terceiro terá essa prerrogativa, e a outorga onerosa que a Prefeitura irá receber, equivalente a 1,3 bilhão - e a CET não vai receber 1 centavo disso -, terá grande impacto na Companhia de Engenharia de Tráfego.

Então estamos vendo, dentro desse projeto, os nossos serviços sendo atingidos, assim como o dos demais companheiros, das autarquias e fundações coirmãs.

Gostaria que o governo pudesse refletir sobre essa questão dos projetos, uma vez que ele visa economizar gastos públicos. Mas nós não estamos vendo de fato a economia desses gastos. A própria Zona Azul, que tem mais de 40 anos de serviços prestados à Prefeitura, poderia ter o dobro da arrecadação que tem hoje – se houvesse investimento, se houvesse contratação de pessoal, que há 11 anos não temos.

Ontem, a cidade de São Paulo viveu um verdadeiro caos. Os nossos agentes de trânsito trabalharam de 10 a 12 horas na pista, dentro de alagamento, tendo que tirar pessoas em área de risco. E poderia ter sido prestado um serviço muito melhor se nós tivéssemos recurso para isso. Agora, se vamos tratar de reforma administrativa, então vamos falar de outras situações – dos 264 cargos comissionados que hoje temos na Companhia. E essa estrutura, sim, causa um custo alto para a administração.

- Manifestação na galeria.

O SR. MARCELO MORAES ISIAMA – E precisamos, acima de tudo, que esses recursos, e os serviços prestados à Prefeitura, esse repasse desses recursos, cheguem de fato à Companhia. Só que eles não chegam. Prestamos serviços, e não recebemos. E aí vamos perder verba direta sem compensação para isso. Então precisamos de investimento, de estrutura, até porque essa falta de condições, e de estrutura, está refletindo nos planos de governo. E quando falamos em investimentos na Companhia de Engenharia de Tráfego, nós estamos falando, acima de tudo, de vidas. Então nós gostaríamos que os Vereadores e o

governo refletissem sobre esse projeto. E se há boa intenção, que façam investimentos nas empresas públicas, acima de tudo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA – Boa tarde aos colegas das diversas autarquias.

Quero começar a dizer o que é esse projeto, porque parece que a coisa aqui é um mar de rosas.

O projeto diz claramente que pretende extinguir as autarquias do Município de São Paulo, com o argumento de enxugamento.

É extinção, Vereador Turin. Se é extinção, significa acabar. Quando diz “acabar”, significa que sabe lá o que vai acontecer cos trabalhadores que estão lá.

Ah, vai jogar para a subprefeitura, vai jogar para outro lugar, não sei o que. Mas vai desestruturar o que existe, o que funciona. E aí mistura autarquia com fundação, com agência, com empresa pública. É inacreditável o que esse governo faz. Eu não sei como a Procuradoria da Câmara e a Comissão de Constituição e Justiça diz que esse projeto é legal, porque não pode dizer isso. (Palmas)

Ah, sim, e tem trabalhadores que são de autarquias, são estatutários; tem trabalhadores que são celetistas, como a Fundação Paulista, a SPTurismo e assim por diante. E aí joga tudo para dentro da Prefeitura. Olhe a confusão.

E aí ele diz que vai extinguir para enxugar. Mas aí o enxugamento é o seguinte: criar duas agências reguladoras. Então eles vão extinguir cargos que existem na Prefeitura – médico, enfermeiro, agente funerários, trabalhadores concursos, efetivos, que prestaram seleção pública – para criar duas agências reguladoras. Sabe o que essas agências reguladoras vão fazer? Vão controlar contrato, vão olhar papel, não vai dar uma injeção, não vai fazer um enterro, não vai fazer uma exumação, não vai fazer nenhum Carnaval, não vai organizar nenhum show. Esses são os verdadeiros parasitas. (Palmas) Esses são os verdadeiros parasitas! Porque são 98 cargos de altos salários.

O Secretário disse que vai economizar 123 milhões de reais. Eu gostaria que ele

dissesse quanto vai custar essas duas agências reguladoras, porque eu fiz as contas. Sou técnico de Contabilidade, mas fiz as contas por cima. Sabe quanto vai gastar? São todos contratados via CLT, portanto, tem encargos sociais. Sabe quanto vai custar isso, mais ou menos? Cento e sessenta milhões de reais.

Sr. Secretário, se os senhores não fizeram a conta, eu fiz; mas eu acho que a Comissão de Finanças da cama também deveria fazer essa conta, porque se a Comissão de Finanças não faz essa conta tem alguma coisa errada.

Para encerrar, eu gostaria de abordar mais duas questões. Primeiro, o Sr. Secretário disse que não acabará com emprego nenhum. Formalmente, não; apesar do poderão da SP Turismo. Entretanto, o projeto diz que todos os cargos vagos serão extintos na vacância. O que isso significa para quem é servidor público? Que acabou, não haverá mais concurso público. E tem o pessoal que foi aprovado na autarquia hospitalar, tem o pessoal que foi aprovado na Amlurb, tem o pessoal que foi aprovado no serviço funerário. Esse último caso é um absurdo: o concurso é de 2016, e não foi chamado nenhum; e vai caducar agora em junho. Até com a morte querem lucrar.

Então, é o seguinte: eles extinguem os cargos e esses colegas que estão na fila para serem chamados não serão chamados nunca mais. Eles querem, na verdade, esquartejar o serviço público, criar cargos de parasita, porque é o que são essas duas agências, que na prática só vão controlar.

Além do mais, diz que esse projeto tem 180 dias para cumprir tudo o que propõe. Se não fizer, mais 180 dias. Se não fizer, mais 180. Ou seja, acabou o governo. Ele está falando e está comprometendo outro governo. Então, os Srs. Vereadores, para serem sérios, deveriam dizer: “O seu governo acabou, Covas. Tenha a reeleição, porque senão ninguém te dará esse mandato”. A única possibilidade seria: retira esse projeto e dialoga com os trabalhadores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Passo a palavra ao Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todos. Cumprimento os companheiros da Mesa, Vereadores e Vereadoras, o Secretário-Adjunto George Tormin, o Secretário de Gestão, todos os participantes desta audiência pública.

Primeiro, quero dizer do atropelo que estamos vivenciando com esse projeto de lei de reorganização da Administração Público. Já passamos por isso no finalzinho do ano passado, num projeto de vendas de imóveis, em que a Administração colocou 41 imóveis para venda, num afogadilho à Base do Governo, votou para vender os 41 imóveis e, dentro desse rol, havia três escolas públicas. Nunca se viu, neste país, nenhum governo vender escola pública; e esse fez isso, com anuência da Câmara Municipal de São Paulo. Então, para que a gente não corra o mesmo risco, temos que discutir ponto a ponto do PL 749, porque são assuntos complexos, não se pode colocar todos os assuntos no meio do projeto.

Votamos esse projeto, semana passada, em primeira discussão, sem ter esta audiência pública, sem ouvir as pessoas que participam dessas empresas, os servidores públicos e a população. Então é um erro absurdo, crasso, fazer audiência pública sendo que o projeto já foi aprovado em primeira. Diante de tudo isso, pedimos que este projeto seja retirado até discutirmos item por item.

Eu gostaria de pedir ao Secretário-Adjunto e a Administração que refletisse, porque nós temos falado isso desde o início do ano passado. As organizações sociais da cidade de São Paulo, principalmente na área da saúde, estão acompanhando todos os serviços de saúde. Nós temos 466 UBS dessas, das quais só 70 não estão controladas por organizações sociais, que têm muito pouco, ou nenhum, controle sobre seus gastos. Nós aprovamos na Câmara Municipal o artigo 41, na LDO, que permitiria o controle social dos gastos públicos das OSs, todo mundo poderia controlar: a Câmara Municipal, o TCM, a população. Só que o Governo, o Prefeito Bruno Covas, resolveu vetar esse artigo impedindo o controle social sobre as OSs. A gente não sabe o porquê dessa proibição, dessa insistência em não tornar os gastos públicos das OSs ficarem transparentes.

A gente assiste, a todo tempo, as UBSs sendo entregues para as OSs. E nesse

projeto de lei, na mensagem do Prefeito para a Câmara Municipal, está muito claro que abre a possibilidade - e ele vai fazer isso - de colocar todos os hospitais públicos na administração das OSs aqui na cidade de São Paulo, e ficaremos sem esse controle social.

Nós estamos acompanhando algumas UBS e a reclamação é recorrente em quase todas: Não temos pessoal, administrativo; faltam médicos, enfermeiros, e agentes de apoio do administrativo. E, ao invés de chamar os aprovados dos concursos públicos que já foram realizados, a Administração coloca a OS no gerenciamento completo daquela UBS.

Também tem UBS cujo conselho gestor está sendo forçado a mudar o seu entendimento a respeito da entrada, ou não, da OS para tomar conta, fazer o gerenciamento, Isso é inadmissível, forçar essa barra. Nós não podemos admitir isso das OSs tomando conta sem o controle social, porque nós vamos ficar sem os recursos públicos e a população sem um atendimento básico de saúde. Por isso, nós não vamos permitir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Cláudio Guimarães

O SR. CLÁUDIO GUIMARÃES - Boa tarde a todos, à Mesa. Primeiramente, eu gostaria de manifestar a nossa surpresa em precisarmos estar falando desse assunto hoje, uma vez que a Fundação Theatro Municipal já foi, em acordo na última sessão plenária, retirada do PL 749/09. De qualquer forma, como o assunto voltou à pauta, nós nos sentimos na obrigação de expressar aqui as nossas opiniões com relação está sendo tratado.

Eu gostaria de àqueles que estão aqui relacionados à Fundação Theatro Municipal que se levantassem, por favor. (Palmas) Estamos aqui representados, todos os grupos relacionados à Fundação Theatro Municipal: artistas, professores, técnicos, alunos das escolas, enfim. Qual é a nossa preocupação com este projeto de lei? A Fundação Theatro Municipal é uma estrutura extremamente complexa.

Quando falamos em Theatro municipal, nós não estamos nos referindo àquele belo prédio, marco arquitetônico da cidade de São Paulo, que está ali na Praça Ramos, ou à Praça das Artes, outro marco arquitetônico da cidade de São Paulo; estamos nos referindo ao

Theatro Municipal vivo, que somos nós aqui estamos representados, e os colegas que não puderam estar conosco hoje.

O nosso interesse e preocupação é na manutenção do serviço que o Theatro Municipal presta à cidade de São Paulo, na sua história, na sua constituição, o serviço prestado à cidade de São Paulo como um todo; tanto do ponto de vista artístico, como do ponto de vista educacional e de formação, dando oportunidade a jovens de todas as partes da Cidade, mesmo do País, que venham ao Centro de São Paulo para aqui formar-se e engajar-se nos movimentos artísticos diversos que é a questão. O que acontece? O projeto de lei sumariamente extingue a Fundação Theatro Municipal, que tem por função direcionar, estabelecer, definir a função de tudo este complexo, fazer funcionar, fiscalizar. Extinta a Fundação Theatro Municipal, caímos todos no vácuo jurídico, que deixa o Theatro Municipal entregue ao contrato de gestão, que será administrado pela Secretaria de Cultura. Ora, isso já aconteceu no passado, antes mesmo de sermos ligados a OSs e de haver contrato de gestão. Existia um departamento na Prefeitura que cuidava do Theatro Municipal, que cuidava dos teatros da Cidade.

Futuramente isso foi transformado num departamento específico para o Theatro Municipal. Quando se uniram as escolas e toda essa outra estrutura, foi criada então a lei Fundação Theatro Municipal para dar agilidade a todo esse processo e ter uma estrutura especificamente voltada à administração desse complexo Theatro Municipal.

A nossa preocupação é como será feito o contrato de gestão, que inclusive está em vias de ser elaborado para a organização Theatro Municipal? Ainda que possamos confiar na presente gestão, sabemos que assim como nós Theatro Municipal Vivo, somos transitórios, os governos dos legisladores que aqui ocupam esta Casa também são transitórios, o que acontecerá com isso tudo que aqui defendemos neste momento se não houver por trás disso uma estrutura especificamente direcionada a essa organização?

Podemos afirmar categoricamente que não existe no País OS alguma com qualificação, com expertise, necessária o suficiente para administrar o Theatro Municipal

porque simplesmente não existir absolutamente nenhuma estrutura parecida com isso. Então qualquer OS se forma no próprio Theatro Municipal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra Sra. Sheila.

A SRA. SHEILA – Senhoras e senhores, boa tarde. Meu nome é Sheila e tem uma filha que estuda na Escola Municipal de Música, desde 2016. Hoje eu estou aqui para agradecer as senhoras e senhores que deram a oportunidade da existência desse debate no dia de hoje. Eu poderia falar da importância de assegurar a continuidade da música clássica no palco do Theatro Municipal, ou discursar sobre a importância da Escola de Música, que é reconhecidamente uma das melhores escolas de música da América Latina, mas essas informações são facilmente encontradas na internet, tamanha a sua obviedade.

Então resolvi contar aos senhores e às senhoras a história de uma garotinha que aos três anos foi levada para assistir uma apresentação do Maestro João Carlos Martins e ficou tão encantada que resolveu naquele momento que queria ser uma musicista. Ela disse na ingenuidade de sua idade que queria ser uma alpala, ao não ter entendido direito a minha explicação sobre o que era um *spalla*.

Minha filha não possui pais ricos, meu marido trabalha em dois empregos para poder sustentar a casa, com minha ajuda em trabalhos esporádicos com eventos. Moramos na periferia da cidade na zona Leste, como devem imaginar, atender ao pedido de minha filha de estudar música clássica não é nada fácil para nós, mas, como para uma mãe, não existe a palavra impossível, traçamos um caminho para poder realizar o sonho de minha filha. Sem condições de pagar um professor particular para ela conseguir aos cinco anos a matricular na EMIA, ao sete a colocamos no Projeto Guri, onde teve aulas com professores que foram alunos da Escola Municipal de Música e aos nove ela pode finalmente, devido à idade mínima para entrar na escola, fazer a prova, em que centenas de outras crianças jovens e adultos tentavam como ela uma oportunidade para chegar mais perto de seus sonhos.

Lembro-me perfeitamente do dia, do orgulho que senti dela, ao ver indo tão pequena para a audição e de tudo que ela fez para estar ali naquele momento, desde os cinco

anos acordando às 5 horas da manhã, enfrentando o metrô lotado para poder se preparar para aquele dia. Então veio o resultado e ela tinha conseguido, tinha sido aprovada para estudar violino na Escola Municipal de Música e a família inteira chorou naquele dia e continuamos nos emocionando todas as vezes que vemos ela se apresentar na Praça das Artes, ou no palco do Theatro Municipal porque sabemos da importância de cada dia de aula nessa escola na busca do sonho de nossa filha.

Estou contando a história da minha pequena, mas essa é a realidade da maioria dos alunos das escolas de música e dança que têm nessas escolas a única oportunidade de um ensino de qualidade e gratuito. Novamente eu agradeço as senhoras e senhores Vereadores que entenderam a necessidade de manter como estão as escolas de música e dança e aos outros Vereadores peço, por favor, que reflitam que não se trata somente em deixar desprotegida por lei duas escolas, se trata de findar sonhos em duros anos de dedicação e esperança no futuro melhor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Bryan.

O SR. BRYAN – Boa tarde a todos. Perdão pelo sotaque desde já, meu nome é Brian e eu represento os músicos da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo, a orquestra residente e oficial do Theatro Municipal de São Paulo. Eu queria falar um pouco para vocês sobre a Fundação e como que ela é estruturada. E por que é tão importante para nós.

A Fundação Theatro Municipal tem um acervo na lei de 2011 e coloca lá dentro o Theatro, a Praça das Artes, a Orquestra Sinfônica Municipal, o Coro, o Ballet e a Escola Municipal de Música e a Escola Municipal de Dança. Só na Escola Municipal de Música estamos tratando de 900 alunos e 78 professores. Então, estamos falando de um ecossistema grande que presta serviço à população de São Paulo. Com o projeto de lei 749, essas entidades, o acervo cria essas entidades, e depois coloca em serviço de finalidades. Essa finalidade é a produção, difusão, formação e o aperfeiçoamento de música, dança e ópera.

Com esse projeto de lei 749, a gente perto de tudo isso, e o Theatro Municipal, que

hoje é um símbolo internacional de excelência nas artes, passa a ser nada mais do que um imóvel que pertence à Prefeitura, para o Executivo fazer o que quiser.

Então, por isso estamos mobilizados contra este PL. Eu gostaria de registrar uma pergunta referente a essa projeção que estava aqui no início, que, além de definir a finalidade da Casa, e além de garantir programação para os espaços, a Fundação também tem a responsabilidade de fiscalizar a empresa que é gestora do Theatro e só no primeiro semestre de 2019 a Fundação apontou três milhões em irregularidades em gastos inconsistentes com a finalidade da casa e inconsistentes com uma associação sem fins lucrativos. Esse valor foi glosado do seguinte repasse, protegendo as contas municipais. Ou seja, isso é um exemplo da Fundação funcionando corretamente. Agora, nessa projeção que estava aqui no início estava escrito “economia de três milhões por extinguir a Fundação Theatro Municipal”. Mas, se a Fundação já apontou e já glosou três milhões, onde está a economia? Economia zero.

Então, a minha pergunta é, dada essa informação, que já foi publicada no *Diário Oficial*, já que foi reafirmada a atual gestão, qual é a economia de diluir a Fundação Theatro Municipal?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Bryan. Antes de o Daniel Cornejo falar, só quero fazer um apelo a todos, nós temos de encerrar impreterivelmente às 15 horas, porque não pode ter audiência pública quando está tendo a sessão plenária. Faltam 45 minutos, temos 11 inscritos, e queremos muito ouvir a resposta dos representantes do Governo. Então, vou ter de ser mais rigoroso no tempo e se alguém já se sentiu representado por alguma fala e puder abrir mão, também ajuda para que a gente passe o espaço aos representantes do Executivo responderem as questões colocadas.

Então, o próximo é o Sr. Daniel Cornejo e depois Rafael Thomas.

O SR. DANIEL CORNEJO – Bom tarde. Sou Daniel Cornejo, represento os professores da Escola Municipal de Música, que o ano passado completou 50 anos de existência, cumprindo a sua função de formar profissionais por São Paulo, pelo Brasil e pelo

mundo. A gente tem alunos que hoje em dia são profissionais, que estão espalhados por todo o Brasil e fora daqui também.

Então, eu queria tentar encurtar, como o Vereador Donato pediu, vou só fazer um questionamento, pois os outros colegas colocaram muito bem a questão da Fundação e a nossa preocupação. Nas escolas, a nossa preocupação é a seguinte: o Dr. George diz que o projeto não prevê nenhum artigo a respeito de demissões. Afirmou categoricamente que todos os empregados serão absorvidos. Afirmou que não há qualquer intenção do Governo na admissão de quem quer que seja. Isso está gravado, certo? Pergunto à Sra. Regina, que é responsável pelo projeto de levar todos os corpos para organizações sociais. A Prefeitura omitiu sobre o que fará com as escolas de música e de dança, que são também atribuições da Fundação. A Prefeitura omitiu informações desta casa. Queremos saber se a Secretaria Municipal de Cultura tem a intenção de publicizar as escolas de dança e de música e se a Prefeitura irá injetar mais recursos nas escolas, pois a seletização das mesmas, dos professores e profissionais de apoio, que significaria que os mesmos recursos não serão suficientes. Logo, não há economia. É necessário investir mais, caso contrário, causará a demissão de quase metade desses profissionais e, conseqüentemente, do não atendimento de pelo menos metade dos alunos.

Então, ou a Prefeitura mentiu sobre a economia de recursos ou mentiu sobre a demissão dos profissionais. Só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Daniel. Rafael Thomas e depois Luba Melo.

O SR. RAFAEL THOMAS – Vou tentar ser bem objetivo e fazer uma pequena narrativa antes. Todos da Casa, nós aqui somos todos artistas, quando percebemos esse projeto de lei, nos assustou muito, não que a gente concordasse também totalmente com o projeto Fundação, pois víamos algumas lacunas, mas é aquela história ruim com ele, muito pior sem ele.

Percebemos que juridicamente a gente não estava respaldado em absolutamente

nada, dentro desse projeto. Sempre partimos do ponto que temos de ir para o diálogo. Marcamos uma reunião com os seus representantes por uma questão de ordem. Representantes de todos os corpos estáveis do Theatro e escolas, fomos muito bem recebidos pela Secretária Adjunta Regina, que disse que era impossível que se mexesse nesse projeto e que o que garantia aquilo que estávamos pedindo era a nossa excelência.

Desculpe. Exas., a gente sabe que o nosso país não garante muita coisa, sim nós somos um ponto de referência e não dizendo que esta gestão tem algum plano nefasto de demissões. Muito pelo contrário, tem se admitido e se afirmado isso, até pelos projetos do Theatro Municipal para todos, portas abertas, tem sido essa política, mas a gente não sabe, como muito bem falou o nosso colega Claudio, o que vem pela frente. Então, a gente está aqui para tentar resguardar o nosso futuro.

Gostaria de deixar duas perguntas simples. Por exemplo, foi falado muito bem pelo Dr. George, que pela saúde foi discutido amplamente todo esse projeto. Nós não tivemos nenhuma discussão, tivemos uma reunião, que nós pedimos e o projeto já estava lá. É uma Secretaria que quer dialogar, falando agora especificamente da Secretaria de Cultura. Então, gostaríamos de saber, porque agora estamos também em processo de um novo edital e um novo chamamento para a Fundação Theatro Municipal, para a OS, que futuramente virá nos gerir.

Então, se essa é a discussão, nós gostaríamos de saber também se seremos convocados para conversar sobre esse novo edital que selecionará a nova OS. Esse é o nosso ponto de vista, esse é o nosso questionamento, não tem ninguém melhor ali dentro. É claro que a gente sabe o que é lei, o que o Executivo precisa fazer, mas ninguém mais do que a gente para saber como a casa funciona. Não estamos defendendo só uma coisa de agora, o Theatro Municipal enquanto estrutura não passa de um conjunto arquitetônico. São as pessoas que estão ali dentro, a gente está defendendo não o funcionamento agora, mas mais para frente. Porque podem dizer que o Theatro Municipal não vai acabar, mas do jeito que está agora, a gente pode ter, por exemplo, contratos precarizados, contratos, por exemplo. A gente

tem uma estrutura, você não precisa de tantos números num coro, numa orquestra, numa escola, a gente contrata com verba de terceiro, porque hoje, do jeito que está esse projeto de lei qualquer coisa pode ser feita ali dentro. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Luba Melo.

A SRA. LUBA MELO – Boa tarde, colegas. Cumprimento a Mesa, nossas vereadoras e vereadores. Pessoal, é o seguinte, primeiro quero parabenizar o movimento de cultura, os nossos artistas, os trabalhadores da cultura que de fato conseguiram mobilizar, conseguiram dialogar, conseguiram retirar o Theatro Municipal desse PL nefasto. A gente tem que aplaudir essa galera que está aqui em peso, que esteve no primeiro dia de votação em peso aqui na Câmara.

É o seguinte, depois dessa fala da Sheila, que é uma mãe, com todo o esforço que faz para ter a sua filha inserida num debate, num espaço de cultura, que a gente sabe o quanto é difícil, eu estou emocionada, eu estou muito emocionada, assim como a filha de Sheila, que tem uma oportunidade de estar inserida nos debates da cultura, nas oficinas, nas nossas escolas de dança e música, nós temos milhões e milhões de meninas e meninos que estão morrendo nos hospitais; milhões e milhões de meninas e meninos, como filha de Sheila, que não têm assistência social, que não tem o mínimo de recurso, porque nós estamos vivendo hoje um dos maiores ataques às políticas públicas e esse PL 749 reflete isso. Ele reflete esse desmonte, porque esse projeto que extingue as autarquias nada mais é do que abrir as portas para a terceirização, para a privatização dos nossos equipamentos públicos. (Palmas)

É importante dizer, pessoal, que nós, aqui, com esses projetos, estamos indo na contramão. Ontem, saiu uma notícia, no *Valor Econômico*, de que o Rio de Janeiro está voltando atrás na privatização – o Rio de Janeiro, que está esse buraco que vemos. Então, nós, de São Paulo, vamos entrar nessa barca furada, pessoal? Eu acho que é isso o que temos de discutir. Esse é um projeto que abre as portas para a privatização, para a terceirização. Ele é nefasto e precisamos nos mobilizar. Precisamos estar nas ruas e na luta.

Voltando ao debate da Cultura, não podemos deixar de dizer que esta gestão não é amiga da Cultura. Muito pelo contrário, passamos, em 2017, por uma grande luta para que nossos equipamentos de biblioteca e o Centro Cultural São Paulo não fossem para as mãos das OSs. Se não fôssemos nós, trabalhadores, artistas, população, mães e pais nas ruas, hoje o Centro Cultural e as bibliotecas estariam nas mãos das OSs.

Então, pessoal, o meu recado é este: precisamos lutar. Precisamos nos mobilizar e, como disse o Sérgio, que me antecedeu, temos o calendário de luta. Temos o 8 de março, que é um dia fundamental, que é a luta das mulheres, e não posso deixar de dizer que as mulheres são as maiores impactadas com todo esse desmonte. No dia 18 de março temos a greve geral do serviço público.

Pessoal, assim como tiveram o entendimento de que a Fundação Theatro Municipal precisava ser retirada, porque isso seria danoso para a população de São Paulo, faço um apelo: que todas as autarquias que estão neste PL sejam retiradas. Retirem, já! Retirem, já! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A próxima é a Vereadora Juliana Cardoso. Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde aos Vereadores e Vereadoras aqui presentes, ao público e aos Secretários.

Acho que a primeira coisa, Vereador Presidente Gilson Barreto... Compreendo que esse projeto infelizmente entra na Casa em regime de urgência e, aparentemente, não precisa ter uma audiência pública. Nós estamos falando em 11 equipamentos públicos. Nós estamos falando em fundação. Cada um desses equipamentos deveria ter a sua própria audiência pública. Para cada um desses equipamentos, deveria ser feita nos horários em que os trabalhadores pudessem estar aqui presentes para debater sobre isso. (Palmas)

Como vocês podem querer falar sobre a vida dessas pessoas, que se dedicaram e se dedicam a fazer o equipamento público avançar? Você quer ter um trabalho muito bem feito? É você dialogar com o servidor público. É aquele que conhece o dia a dia. É aquele que

sabe o que está fazendo, com *expertise*. Não dá para transformarmos vidas que desenvolvem outras vidas. Uma mãe colocou aqui muito bem como se fez a transformação na vida daquela criança e daquela família.

Então, nobres Vereadores, amigos e colegas desta Câmara, não podemos dar um cheque em branco. Não dá para, em uma caminhada de cinco minutos, antes de vir à votação em segunda, eu receber um projeto desse tamanho para poder fazer a leitura. (Palmas) Não dá para eu não conseguir enxergar dentro desse projeto o que vocês estão vendendo.

Nós, da bancada do PT, vamos fazer total obstrução. Nós não vamos permitir vocês dialogarem, sem dialogar conosco, sem dialogar com cada servidor que está aqui, representando uma autarquia ou uma fundação. Não dá, Vereadores e Secretário, para fazermos atuações como decreto, por exemplo, porque, como decreto, a gente está vendo o que está acontecendo com a assistência social da cidade de São Paulo; como decreto, eles estão sendo entregues, os serviços que são para crianças, adolescentes, juventude, deficiente e mulheres que não estão conseguindo fazer o ciclo do fechamento do atendimento dos serviços.

Então, nós estamos falando de uma responsabilidade muito grande, aquela responsabilidade que vocês, no último projeto de lei, Sr. Líder de Governo Fabio Riva, colocou escolas públicas para venda e depois teve de voltar atrás. É um projeto muito grande, ele tem de ser retirado da pauta imediatamente e se for para fazer de fato uma relação de conversar com o servidor público para ver o que pode melhorar, não o que pode ser entregue para a iniciativa privada para que o serviço acabe.

Por fim, pois já estou avançando os três minutos, queria dizer que a cultura já vem sofrendo desde a gestão Doria, desde o seu primeiro Secretário e teve uma ocupação muito grande do movimento para poder assegurar os seus direitos. Não vai ser diferente com as autarquias e as fundações que estão aqui. Os servidores públicos parecem ser pequenos, mas têm um potencial tão intenso de dialogar com cada pessoa que é atendida no atendimento público. Então, vamos perceber o erro que estamos fazendo nesse projeto de lei. Retira-se até

dialogar com os trabalhadores e ver o que tem de melhorar, não o que tem de retirar. (Palmas)

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Reno Ale, sua palavra.

O SR. RENO ALE – Boa tarde a todos e a todas. É com tristeza que a gente diz o seguinte lá na CET, nós não confiamos nesse Governo por conta dessa Secretaria que está sentada aqui, porque interrompe, ela veda, ela castra as direções das empresas municipais. Ela faz isso na CET, ela faz isso na São Paulo Transporte, ela faz isso na SP Turis, ela faz isso na Prodam, ela faz isso na SP Obras, por todas as empresas. Sabe por quê? Para poder única e exclusivamente economizar dinheiro, tem lá dez bilhões de recursos em caixa que não dá para usar esse ano, porque não tiveram competência de fazer contrato para gastar. Daí vai falar o que para a Municipalidade? Vão falar o que para a população? Nós economizamos dinheiro. Economizou dinheiro e deixou de aplicar na saúde, na educação, na cultura, no trânsito. O nosso pessoal só é lembrado quando ponte cai, quando a cidade alaga e aí o nosso pessoal é chamado, quando tem Carnaval. No Carnaval do ano passado nós tivemos trabalhadores que dobraram as suas atividades durante seis dias e a Prefeitura deve mais de cem milhões para a CET. Pague o que nos deve e depois venha falar em economia. Pague o que nos deve. (Palmas)

Outra questão: transferência de dinheiro público para empresário. Vai transferir 1,5 bilhão para o empresário, sendo que poderia estar sendo arrecadado pelo Município e investido em tecnologia aqui dentro. A CET é uma empresa com 43 anos de idade, que sempre teve *know-how* no trânsito e ensinou várias empresas nesse país a trabalhar e agora está sendo jogada na lata do lixo por incompetência, porque não sabe administrar. Não conhecem as empresas municipais, muito menos a CET, porque não andam pela Cidade, ficam escondidos no escritório, no ar-condicionado, única e exclusivamente olhando números. Eu prestei concurso, estou aqui há 28 anos. De onde eles vieram? Me digam!

Por isso, Srs. Vereadores, nós não confiamos nesse Governo. Esta Casa nos ajudou, ano passado, a fechar o nosso acordo coletivo juntamente com a São Paulo Transporte

e tenho certeza de que voltaremos aqui para cerrar fileiras com vocês porque estão querendo revogar os acordos coletivos das empresas municipais e isso não vamos permitir! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Alan Almeida.

O SR. ALAN ALMEIDA – Boa tarde a todos. Meu nome é Alan Almeida. Queria, primeiro de tudo, dizer que este é um momento memorável pra gente, memorável em nossas vidas e vai ser memorável na vida dos nossos filhos, na vida desse Governo, na vida de todos nós.

Existe um homem negro que ficou preso mais de 25 anos. Quando ele saiu teve a oportunidade de sair assumindo como Presidente do seu país. Esse homem teve de tomar uma decisão. Ele poderia instituir como Presidente, como Chefe do Executivo uma virada, ir atrás das pessoas que o prenderam ou que perseguiam quem era preto, quem era negro, quem era escuro, na linguagem daquela época. Mas esse homem tomou uma decisão, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Esse homem criou um impacto no mundo. O nome dele é Nelson Mandela. Por que trago esse assunto à tona? Porque este momento pode ser memorável. Este momento não é um momento de conflito, não é momento de embate, é um momento de conciliação.

Na minha percepção, como setor privado, eu sou CEO de uma empresa privada que foi acelerada pela Vai Tec, a Vai Tec acelerou o nosso instituto de tecnologia, somos um instituto de tecnologia que foca ensinar Programação aos jovens do sistema prisional.

Nós recebemos aceleração de um dos programas da Vai Tec, programa que nos deu folego para poder impactar muitas vidas. E como todas as pessoas que estou aqui olhando têm um grau intelectual elevadíssimo, queria convidar vocês, convidar esse Governo para elevar ainda mais o nosso grau intelectual para que encontremos uma solução.

Se nos queimarmos, se nos cortarmos e ficarmos bater apenas na tecla do problema, não vamos encontrar a solução.

Creio que essa equipe tenha gastado muita energia, muito esforço para chegar nessa proposta. Eu gastei muita energia, muito esforço para estar aqui como muitos que trabalham aqui também gastaram muita energia para estar aqui. Então venho, na pessoa do

Instituto de Tecnologia, dizer: a gente, de fato, pondera que essa legislação para as entidades precise ser observada de maneira descentralizada, da maneira como muitos amigos aqui falaram. Mas, de fato, é preciso que seja também observada uma lei específica para cada entidade.

Acima de tudo, aquela entidade Ade Sampa, por exemplo, que criou diversas iniciativas, queria citar que na pessoa da Vai Tec, devido essa instituição, por exemplo, nos tivemos condições de formar muitos adolescentes do sistema prisional.

Quero convidar essa bancada, esse Governo, porque de fato eles têm um problema muito grande. Eu não sei, como instituição privada, como resolver o problema financeiro, mas convidamos o Governo para olhar essa instituição comparando os resultados que têm obtido para que, de fato, possa ser observado se esse déficit, se esse problema financeiro é suficiente para cercear suas iniciativas.

Quero encerrar minhas palavras - com todo respeito a todos que falaram, ao Governo também - agradecendo porque acho este momento memorável para as nossas vidas. Mais uma vez agradecer à Ade Sampa, dizer que essa instituição não pode ser extinta pelo impacto social que tem causado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal!

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, regimentalmente, eu tenho de encerrar os trabalhos às 15h. Nós temos ainda sete pessoas para usarem a palavra e, pelo que estou vendo aqui, já foram representadas. Mas não por isso... Haverá tempo, sim, para falarem.

Eu vou passar para o governo, que é muito importante termos a resposta daquilo que foi falado até agora. Depois, se der tempo, continuamos até às 15h para que essas sete pessoas possam utilizar a palavra.

Governo, quem vai se manifestar?

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN - Foram vários pontos abordados

aqui e eu acho que o primeiro deles, ainda do Vereador Donato, de que o projeto de lei estaria vago. Outro Vereador mencionou que o batismo dele seria um “X-Tudo”. Eu quero dizer o seguinte, que este projeto de lei trata da administração indireta. Como são assuntos correlatos, algumas entidades, em que está sendo proposta a extinção, serão absorvidas por outras; algumas atividades serão incorporadas pela agência reguladora. Então, eles têm tudo a ver entre si.

Com relação à agência, eu acho que há algum mal entendido. A agência reguladora tem uma natureza autárquica, ou seja, ela é uma autarquia, ela integra a administração indireta do Município e ela vai, em um primeiro momento, absorver todas as pessoas que hoje trabalham nessas atividades, nas diversas autarquias em que estão sendo propostas a sua extinção. Então, no caso do serviço funerário, todas as pessoas que hoje trabalham tanto na regulação, na gerência do serviço funerário, quanto as que fazem a fiscalização, elas serão incorporadas pela agência, até porque, em um primeiro momento, por óbvio, a agência não terá servidores efetivos. Não haverá tempo hábil de fazer o concurso.

Então, em um primeiro momento, essas pessoas que detêm o conhecimento, que detêm a experiência, elas é que vão começar a agência. Então, o pessoal que trabalha na regulação dos resíduos sólidos, na coleta de lixo, são elas que vão iniciar, vão estruturar aquela superintendência de resíduos sólidos. O pessoal que está na Ilume é o que vai estruturar a superintendência de iluminação pública. Ou seja, ela será inicialmente composta pelos atuais servidores. Então, esses servidores serão absorvidos por essa agência. Então, não será cabide de emprego, como foi mencionado aqui. Ela será composta...

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN - Os comissionados, da mesma forma.

Da mesma forma como existem comissionados hoje no serviço funerário, na Amlurb, na Limpurb e na Ilume, obviamente existem também comissionados na agência reguladora. Essas estruturas que hoje existem, esses cargos em comissão serão extintos e,

daí, serão concentradas todas essas estruturas, esses diversos presidentes, esses diversos diretores das diversas autarquias que hoje existem, elas serão concentradas em apenas uma.

Então, por óbvio, hoje eu tenho dez presidentes, vai ser um só; eu tenho “n” diretores, vão ser quatro diretores mais o presidente. Então, haverá enxugamento nessa agência.

É claro que cargo em comissão, de gerência, isso é natural em qualquer unidade da administração pública. E lá vai ter também, claro.

Então, ela começa com os servidores públicos.

Também outro ponto que foi colocado é que ela não vai só controlar papel, só controlar contrato. Ela também, e isso está explícito na lei, será responsável pela fiscalização *in loco* dos serviços prestados. Então, essa é uma função também da agência reguladora.

Com relação à questão da Zona Azul, que foi levantada aqui por algumas pessoas da CET, a Zona Azul foi objeto de uma concessão. Ela, de fato, vinha sendo administrada pela CET ao longo dos anos, mas o governo optou por fazer uma concessão, gerou um volume significativo de recursos públicos que vai ser utilizado para investimentos em outras ações da Cidade: educação, saúde. E ela vai ser transferida para exploração da iniciativa privada e vai ser regulada e fiscalizada pela agência reguladora, e isso existe em qualquer concessão.

Outro ponto também que foi muito levantado são alguns pontos que algumas pessoas entendem que deveriam estar na lei. O nosso entendimento é que a lei deve tratar estritamente daqueles assuntos que são objeto de reserva legal. Todo o restante, ele vai ser regulado por decreto, como é hoje a administração pública.

No caso da estimativa de preço da SP Turismo, que foi colocado aqui que os valores que constaram no projeto de lei estão muito abaixo daqueles levantados pelo Creci. O Creci, nós temos sérias restrições com relação à metodologia que foi utilizada para o cálculo. Eles utilizaram uma metodologia que não é uma metodologia técnica. A Associação Brasileira de Normas Técnicas define como é que deve ser feita uma avaliação imobiliária e eles não seguiram esse roteiro. Eles fizeram uma série de equívocos nessa avaliação, tanto é que o

valor que eles colocaram e que foi, por fim, adotado pelo Tribunal de Contas do Município, nós abrimos uma licitação e deu deserta. Quer dizer, o valor está muito acima do mercado. E o valor que consta do projeto de lei é aquele do VVR, ou seja é o Valor Venal de Referência, o mesmo utilizado para o cálculo do ITBI, e esse é o procedimento normal em todos os projetos de lei de alienação de imóveis. Então, por isso que esses valores estão no projeto de lei. É claro e óbvio que previamente à licitação, eles serão avaliados e aí, sim, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e, com base nesse valor técnico que será feito por uma empresa, é que vai ser alienado.

Com relação aos conselhos fiscais, duas pessoas mencionaram a questão de retirar a representação dos empregados dos conselhos fiscais das empresas. O que nós estamos fazendo aqui é apenas uma adequação da legislação municipal, a Lei Federal 13.303, que é conhecida como Lei das Estatais, que regulou a organização de todas as estatais do país e estabeleceu que a representação dos empregados deve ser restrita aos órgãos de administração - no caso, o conselho de administração e diretoria. E é isso que está sendo mantido aqui no Município. É apenas uma mera adequação.

Com relação à autarquia hospitalar, acho que também o foco aqui foi muito apontado com relação às organizações sociais. Eu quero dizer que o tema organização social não é objeto deste projeto de lei. Nós nem conversamos, nós nem tangenciamos este assunto quando conversamos...

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor, por favor, vamos ouvir.

Audiência pública é exatamente para vocês falarem...

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN - Eu pediria respeito.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Meçam as suas palavras e eu quero respeito tanto quanto a senhora está sendo respeitada aqui nesta audiência pública.

Eu quero dizer que o Governo está se manifestando. Vocês já se manifestaram. Se

tiver algum contraponto, nós temos 55 Vereadores. Grande parte de vocês já é ligada a alguns Vereadores. Isso ainda será discutido em plenário, então vamos ter muito tempo.

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Você procura o teu. Você sabe qual é o teu. Você tem o seu.

Então, por favor, continue, Dr. George.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Bem eu posso afiançar a vocês e eu participei da elaboração deste projeto desde a sua primeira versão e posso assegurar que em momento algum esse assunto organização social foi discutido. Em hipótese alguma esse assunto foi discutido. Posso assegurar isso a todos vocês.

Com relação à Ade Sampa, eu ouvi as preocupações, uma pessoa até falou que o que o atual governo ampliou muito as atividades da Ade Sampa e eu quero dizer o seguinte: todas as atividades que são desenvolvidas pela Ade Sampa permanecerão. Não há no projeto de lei também nenhum dispositivo dizendo que os programas, projetos, ações que são atualmente sendo desenvolvidas serão extintas. Muito pelo contrário, a gente está colocando que serão absorvidos todos os servidores, todos os projetos, todos os contratos serão subrogados. Não há intenção alguma de se paralisar, interromper, extinguir qualquer programa, em especial os programas que estão tendo resultados, que estão sendo importantes para a sociedade neste momento, em especial aqueles de capacitação profissional, de formação e de microempreendedor. Todos esses programas continuarão. Não estamos de forma alguma propondo a extinção de qualquer um desses projetos.

Em relação ao Theatro Municipal, também ouvi atentamente a preocupação de todos e também posso assegurar que não é o objetivo nenhum interromper qualquer um dos contratos. A ideia é manter todos os contratos que estão atualmente em vigor. Ouvi o depoimento emocionado de uma mãe de uma criança e posso assegurar que a escola de dança, de música, de balé, a orquestra, o coral, todos permanecerão. Esses contratos, essas unidades, essas áreas não são objetos deste projeto de lei, não estamos tratando desse

assunto aqui.

Aqui, nós estamos tratando da Fundação, que é uma entidade que tem 28 cargos em comissão, tem 30 e poucos funcionários cedidos da Secretaria de Cultura. A Fundação Theatro não tem sequer um funcionário efetivo contratado pela própria Fundação, nunca teve concurso. Então, essas pessoas – 28 mais 30 e poucas pessoas - irão migrar para a Secretaria de Cultura e continuarão exercendo todas as atividades que hoje são exercidas. Não estamos tratando dos contratos e daquilo que é um modelo para a cidade de São Paulo, é sucesso para todo País. Então, não estamos mexendo nisso. Isso não é o objeto do projeto de lei.

Estamos tratando da estrutura administrativa da Fundação e deixando muito claro que todas as pessoas e os contratos serão sub-rogados para a Secretaria de Cultura para não ter solução de continuidade na execução do serviço, projetos, programas que são hoje executados.

Então, isso está claro no projeto de lei.

- Manifestação na galeria.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Quando foi redigido esse projeto de lei, esse foi o objetivo. Podemos até conversar e verificar se há possibilidade...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu vou passar para Secretária Malde fazer suas considerações também para ver se ainda dá tempo de alguém falar.

Por favor, Secretária, suas colocações.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Quero agradecer a participação. Tivemos aqui, ouvimos todos, ouvimos as colocações de vocês. O Governo volta para discutir, para rever questões. Algumas alterações já vínhamos discutindo que serão incorporadas ao projeto.

Concordo com o Vereador, acho que a discussão deve continuar com os Vereadores e os Vereadores com o Governo. Eu queria só reafirmar que o que nós fizemos desde o início, que nós fizemos na apresentação do projeto e que nós fizemos agora na apresentação do Secretário George e reafirmar: vocês colocam que é um projeto

extremamente complexo, nós entendemos isso, só que eu acho que vocês ampliaram muito o contexto do projeto.

O projeto vem para uma reestruturação administrativa. Nós que somos de órgão público há mais de 40 anos sabemos que as administrações e as instituições acabam gerando alguns organismos ao longo do tempo que precisam ser revistos. Isso é normal em uma gestão administrativa e é isso que nós estamos fazendo. Fizemos a reestruturação da administração direta em todas as secretarias da Prefeitura, estamos fazendo a reorganização da estrutura da administração indireta reduzindo instâncias, reduzindo a burocracia, melhorando as instâncias de controle, criando instância de fiscalização. Este é o conceito de estrutura administrativa e este projeto rever, melhora, adéqua a estrutura administrativa que dá ao Governo a possibilidade de padronizar regras, padronizar normas, ter um controle mais próximo.

Então, eu gostaria também que vocês lessem o projeto como uma reestruturação administrativa, que é o que o projeto prevê. Não se fala em terceirização, em privatização, em O.S. até porque isso pode ser feito atualmente, não precisa ter este projeto. Gostaria que vocês tivessem um olhar para esse projeto na instância que ele tem.

Além disso, o Governo desde o início diz o seguinte: nenhuma função será extinta, nenhum serviço será extinto, nada será suspenso e nenhum funcionário será demitido. Isso foi falado desde o início e o Governo continua mantendo isso.

Quero agradecer toda a colaboração que vocês trouxeram aqui e dizer que estamos levando para discussão do Governo.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A audiência não terminou.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Só queria pedir uma coisa ao Secretário: se é possível mandar uma planilha detalhada de como chegou a essa economia de 23 milhões porque não está no projeto e o senhor não me convenceu nas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O Apade está aí? Não. Luís Valério.

O SR. LUÍS VALÉRIO - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa dos Vereadores, Secretário e convidados.

Assusta-me bastante esse projeto de lei 749 porque na redução de 22 empresas para 14 nem sequer finalizou esse projeto e já começaram incluir duas empresas - as duas maiores empresas a citar numa entrevista que teve na Rádio CBN de dois Vereadores, eu digo que uma entrevista infeliz em que citou uma das maiores empresas e que eu represento aqui a SPTrans que tem 1.756 funcionários e que isso trouxe um desconforto muito grande para os funcionários da SPTrans. Parece que quando começam as coisas, começam pequenas e quer abranger uma situação grande e que isso fica o nosso protesto aqui com relação ao PL 749.

Eu afirmo que nesta gestão a SPTrans vem atendendo todo o pedido do Governo municipal na pessoa da Secretaria de Gestão, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Governo que só nesses três anos foram demitidos 276 funcionários da SPTrans. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – José Daniel Monteiro Moreira.

- Manifestação na galeria. (Retira).

O SR. JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA – Boa tarde a todos. Sou Daniel, da São Paulo Turismo e eu queria fazer algumas ponderações para reflexão desse projeto e verificar quão inadequado ele se torna no momento presente.

De forma geral, nós temos uma melhor doutrina administrativa a criação das Fundações, administração indireta é justamente para a gente dar foco, dar otimização no serviço por que a administração direta fica tão cheia, então, muitos serviços ficam dispersos e não tem atenção adequada, enquanto que a administração indireta, da melhor doutrina historicamente, é para dar o foco e a atuação mais efetiva e com eficiência.

Então, do mesmo modo a gente vê os países na Europa atualmente reestatizando aquilo que foi privatizado ao longo do tempo porque se chegou a conclusão de que os serviços não são bem prestados.

Então, esse discurso da otimização dos serviços e a redução dos custos, eu não

consigo verificar efetivamente neste projeto. Quanto à redução de custos mais pertinente a São Paulo Turismo, nós pegamos de 2005 a 2015 os balanços e ela sempre deu lucro. Não está dando lucro agora porque está sendo sucateada, porque os eventos que aconteciam no pavilhão de exposições do Anhembi, como o Salão do Automóvel só em três semanas gera 15 milhões de caixa. Então, sempre foi uma empresa superavitária historicamente. Então se ela tem uma dívida lá atrás que já foi amortizada, não podemos perder o eixo dessa visão. É uma empresa que contribuiu muito para a história de São Paulo, é estratégica para a economia de São Paulo ter este equipamento público no modelo que está, por que o que se quer hoje é fatiar o Anhembi para entregar ao mercado imobiliário parte do terreno.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA – Não devemos ceder a isso.
(Palmas).

Só para finalizar, na última tela apresentada pelo Secretário mostra uma comparação entre o custo que tem a administração indireta e o que seria economizado. A gente não vê lá a São Paulo Turismo...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA – Então, o verbo do projeto de lei deverá ser trocado: de poderá para deverão ser aproveitados os funcionários em uma eventual aprovação deste projeto. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Ari Fernandes.

O SR. ARI FERNANDES - Boa tarde a todos. Boa tarde aos Vereadores da Casa Donato, Zé Turin, João Jorge - sempre recebeu a gente muito bem - Juliana Cardoso também sempre recebeu os funcionários de São Paulo Turismo muito bem, Gilson Barreto, todos os Vereadores cumprimento.

No projeto não consta um monte de coisa. A gente está pedindo para escrever justamente o que o Secretário está pedindo. Lembro aos colegas que na época, o então candidato João Doria falou que nenhum funcionário seria mandado embora da São Paulo

Turismo, falou também que cumpriria dois anos e várias outras coisas.

Se não consta em lei, nada garante. Essa é verdade. (Palmas). Tem que constar na lei.

Destaco também que não veio nenhum cuidado na época da alienação dos ativos com os funcionários da São Paulo Turismo. Quem criou um cuidado foram os Vereadores desta Casa. Aqui foi criado um substitutivo para possibilitar a transferência dos funcionários. Sabe o que aconteceu? O João Doria vetou. Ele vetou na época. (Palmas). Então, não adianta falar de intenção. Tem que constar na lei e é isso que eu peço ao Secretário se vai ser tratado com a seriedade e o respeito necessário.

Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Leandro Oliveira.

O SR. LEANDRO OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas. Vou direto ao assunto até porque o tempo é curto. É muito importante o debate de hoje porque foi dito aqui inclusive que os Vereadores vão direto às organizações sociais e fazem fiscalização. Tem algum problema. O Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas da União no seu Acórdão 3239/2013, que fez inclusive uma auditoria no Estado na Saúde e também no Município, e lá eles deixam claro que tem problemas de fragilidade no controle das organizações sociais.

São mais de 23 itens. A Dra. Elida Graziani, da 2ª Procuradoria de Contas, está propondo que se faça uma revisão da prestação de contas das unidades passadas ao terceiro setor. Foi um estudo de 101 páginas. Esse do Tribunal de Contas tem 81 páginas.

A gestão não fala que vai passar para as organizações sociais, aliás, disse até que já pode fazer isso hoje, mas é melhor extinguir para depois fazer, porque delegação municipal significa que eu vou transferir, eu vou delegar a outro para que faça por mim.

A história do cheque em branco é real. Ao passar o projeto de lei, nós vamos saber exatamente o que vai acontecer. Já passamos em São Paulo por vários laboratórios de terceirização na cidade de São Paulo. É o PAS, depois vem a autarquia, depois vem as organizações sociais. Nós vamos ver o filme se repetir novamente. Qual será o próximo projeto

de desgraceira para usuários e para os trabalhadores que são removidos e depois - é praticado inclusive assédio moral sobre esses trabalhadores? É esse filme que nós queremos ver?

Retira o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A última é Clarissa.

A SRA. PAULA – Boa tarde. Sou Paula, eu vou falar em nome da Clarissa. Boa tarde a todos. Nós, representantes eleitos dos estudantes da Escola Municipal de Música faremos este pronunciamento a fim de justificar a nossa defesa a Fundação Theatro Municipal que foi recentemente retirada do projeto 749 em decorrência da mobilização conjunta e do diálogo bem sucedido entre cidadãos e representantes do Legislativo.

Por isso, em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer a todos envolvidos. Entretanto, a Fundação Theatro Municipal é aquilo que oferece garantia jurídica da preservação patrimonial do complexo do Theatro Municipal bem como a finalidade deste patrimônio. Dessa maneira, a lei que regulamenta a criação da Fundação Theatro Municipal garante também que as escolas de dança e música não podem ser extintas na medida em que a estrutura do complexo do Theatro Municipal será destinada para essas atividades regulamentadas na lei acima mencionada.

Posta essa explanação, justifica a audiência em combater qualquer possibilidade da extinção da Fundação ainda que na atual conjuntura o fim das escolas não seja um risco iminente, não há garantia que o mesmo valerá daqui cinco anos, por exemplo. Sabemos disso, enquanto Grêmio, defendendo uma ação preventiva que preze pela garantia de que a extinção das escolas será contrária à norma Legislativa.

Portanto, inviável agora e também no futuro. Terminando, neste aspecto ressaltamos um conceito de política pública: gestão participativa, o direito de participar do processo, da formulação e da implementação e avaliação das políticas que afetam a nós.

Portanto, gostaríamos de cobrar a nossa participação neste processo, bem como dos professores e a dos representantes dos corpos artísticos. Muito mais do que o número de formandos ou idade de ingresso ou aluno de piano, de balé de uma escola, a cultura é um

conceito que compreende toda a dimensão simbólica da existência humana.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Quero agradecer...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sem condições de dar as informações necessárias que seriam boas para vocês, nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública.

Muito obrigado a todos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **17811** DATA: **11/02/2020** FL: **64** DE 64
